

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 12/2015, em que é recorrente **Eduíno Nascimento Paula** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 20/2024

(Não Julga inconstitucional a norma do artigo 587, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil, segundo a qual só é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal).

I. Relatório

1. O presente recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade foi interposto por Eduíno Nascimento Paula contra o Despacho do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de 23 de março de 2015 que negou provimento a reclamação contra despacho de indeferimento de recurso ordinário, por o valor da causa ser inferior à alçada do tribunal *a quo*, nos termos do artigo 587 do Código de Processo Civil (CPC). Pois, de acordo com a sua fundamentação, a norma do número 1 do artigo 587 do CPC que consagra como causa de rejeição do recurso ordinário em processo civil o facto do valor da causa ser inferior à alçada dos tribunais, aplicada pelo Tribunal da Comarca de São Vicente e confirmada pelo despacho recorrido, é inconstitucional, na medida em que, no seu entender, viola o número 1 do artigo 12 e o número 1 do artigo 22 da Constituição da República.

2. Na douta peça que apresentou perante o órgão recorrido, sem ainda ter apresentado a motivação do recurso, o que fez com a apresentação das alegações escritas, o recorrente, por não se conformar com a decisão recorrida adotada com fundamento no artigo 586 do CPC, veio colocar requerimento de “recurso constitucional restrito à questão da inconstitucionalidade da referida norma legal, face ao artº. 12/1 do Direito

Internacional Público geral ou comum às nações civilizadas, e 22/1, todos da Constituição da República de Cabo Verde de 1992, ao abrigo da norma do artº 276/, al. b) da CR de 92”, considerando que o recurso é tempestivo por não ter expirado prazo judicial a contar da data da notificação do despacho que denegou a reclamação, isto é, o dia 18 de maio de 2015.

3. O recurso deu entrada na secretaria do STJ no dia 4 de junho de 2015, tendo sido admitido por meio de despacho de 22 do mesmo mês e ano. O incidente de constitucionalidade foi distribuído no dia 23 do mês seguinte a Juiz Conselheiro Relator, que emitiu despacho no dia 29 subsequente, ordenando a notificação do recorrente para a apresentação das alegações dentro do prazo legal estabelecido de trinta dias. Com a instalação do Tribunal Constitucional, no dia 3 de dezembro de 2015, os autos foram remetidos a este Tribunal, tendo chegado no dia 7, numerados como Autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade nº 12/2015 e distribuídos no dia 17 deste mesmo mês ao JC Pina Delgado, que assumiu a partir desta data a sua relatoria.

3.1. O Relator, uma vez compulsados os autos, tendo considerado que o recorrente não tinha sido notificado do despacho que determinava a apresentação das suas alegações no domicílio por ele escolhido como se depreende da f. 28, ou seja, na pessoa da Senhora Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira, mas sim no anterior domicílio escolhido, através de despacho de 2 de março de 2017, na medida em que considerou que subsistiam dúvidas quanto ao domicílio por ele escolhido, determinou que se o notificasse a fim de apresentar as alegações do recurso no seu escritório;

3.2. Subsequentemente, no dia 29 do mesmo mês e ano, o recorrente colocou requerimento alegando que, na medida em que o despacho recorrido não havia indicado o número do acórdão recorrido, não tinha conseguido vislumbrar de que processo se tratava, tendo em conta que eventualmente haveria outros recursos patrocinados pelo seu mandatário, pelo que pediu suprimimento dessa omissão. Além disso, uma vez que entendeu que o Relator havia feito referência por engano à Senhora Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira, pediu aclaração do referido despacho, na medida em que, segundo afirmou, esta seria recorrente em outro processo de fiscalização concreta. Por meio do despacho de 31 de março de 2017, o Relator respondeu a estes pedidos formulados pelo recorrente, deferindo o primeiro, no sentido de se lhe enviar cópia dos autos, e indeferindo o pedido

de aclaração do despacho, considerando que não houve qualquer equívoco na sua identificação e que havia sido o próprio recorrente que a f. 28 havia constituído o domicílio da Senhora Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira para efeitos de notificação;

3.3. De seguida, no dia 19 de abril de 2017, o recorrente veio argumentar que não se considerava notificado do despacho *supra* por via do seu correio eletrónico, na medida em que não havia conseguido baixar os arquivos enviados em formato PDF, solicitando nova notificação, nos termos da f. 47, no domicílio escolhido e através da pessoa da Senhora Etelvina Pires. Todavia, este pedido foi indeferido pelo Relator, por meio do despacho de 26 de abril do mesmo ano, comunicando que dispunha de trinta dias a contar da data da notificação via correio eletrónico e que no dia 16 de maio terminava o prazo para apresentar as suas alegações.

4. O recorrente, dentro deste prazo, apresentou as suas alegações no dia 2 de maio, tendo arrazoadado, até onde o Tribunal conseguiu apreender, que:

4.1. O recurso seria admitido se se considerasse que estava em disputa a redução da dívida de 800.000\$CV sem que o órgão recorrido tivesse reconhecido a inconstitucionalidade do artigo 587, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil, que ao vedar o direito de recurso do jurisdicionado “briga” com o artigo 12, parágrafo primeiro, da Constituição comum às nações civilizadas como o Brasil, país no qual se admite o recurso ordinário, independentemente do valor da causa, e com o artigo 22, parágrafo primeiro da Lei Fundamental, na sua dimensão de direito de recurso e garantia de tutela jurisdicional efetiva. Em todo o caso, reitera que se o “juiz do Primeiro Juízo Cível do Tribunal da Comarca de S. Vicente tivesse levado em conta o valor da causa de 800.000\$00, constante da petição inicial de Ac[ç]ão Executiva, movida pelo Sr. José Miguel Lopes (Executante/Embargado), e não com base na petição inicial dos Embargos em valor inferior da alçada em 241.500\$00, em que o Sr. Eduíno Nascimento Paula (Embargante/Executado) se opôs àquele valor da causa, superior à alçada do tribunal, por via de Contestação, enquanto constituindo facto extintivo da obrigação que integra o fundamento de oposição à execução baseada em título particular em 800.000\$00, não rejeitaria o recurso de Apelação para o Supremo Tribunal de Justiça”, permitindo-lhe recorrer para o Tribunal da Relação de Barlavento, já que cumpriria essa condição de admissibilidade baseada no valor da causa.

4.2. Censura, por isso, o juiz da causa que, abstraindo-se de uma técnica lógico-sistemática, não considerou que uma ação executiva se desdobra numa outra ação, desta feita de embargos de executado, “resultante de a dedução da Contestação à petição inicial da ação executiva, não cingir-se-ia ao valor da causa constante da petição inicial de Embargos, mas sim, ao constante da petição inicial da Ação de execução, a que corresponde o valor da obrigação, (...)”. Com base em intrincado raciocínio que, pela sua complexidade e hermeticidade, o Tribunal se limita a reproduzir nos seus segmentos principais:

4.2.1. “[C]omo técnica de uma solução, que mais serve para retardar a composição da lide, ao invés do legislador ordinário, no domínio de Ação Executiva, ter permitido ao executado deduzir a sua oposição (Contestação) à sentença ou título extrajudicial, de sorte que, nos mesmos autos de ação de execução, o juiz a quo substitua ao executante para proferir uma sentença condenatória que o obrigue a pagar o valor da dívida, em tempo útil, sem prejuízo de, face a eventual recurso de apelação, continuar a praticar atos de execução, no caso do executado não tiver prestado caução”;

4.2.2. “Assim, o juiz da causa aceitaria o recurso ordinário interposto pelo executado, se e na medida em que o executado pretendia que fosse reduzido apenas o valor da dívida, sem prejuízo de ser condenado, em sentença, a pagar ao executante o montante superior a 500 contos ou 200 fixado inicialmente em sua petição inicial de ação executiva, conforme for o caso, dimanado do tribunal da comarca da primeira ou segunda classe ou da terceira, respetivamente, sob pena de se cristalizar a eventual decisão ilegal (contendo injusto) a favor de quem não à partida [seria quem à partida não perderia??] perderia em grau recursal, no domínio dos autos de ação executiva”;

4.2.3. “Mas, se a l[ó]gica est[á] em que o julgamento da admissibilidade do recurso se atenha ao valor da causa, independentemente de estar em disputa a condenação ou absolvição do pagamento de uma quantia certa ou de uma coisa por pagar .com o respetivo valor económico) ou a fazer ou não, então, o legislador ordinário será obrigado a introduzir na ordem jurídico-processual civil uma regra semelhante à brasileira que permita ao lesado o seu direito de Interpor o recurso de revisão de sentença transitado em julgado, com fundamento em violação disposição literal de lecom [dele com??] vista à

defesa do seu direito e interesse legalmente protegido por lei então postergado por um tribunal da primeira instância”;

4.2.4. Nessa linha de entendimento, é de aferir-se que, uma vez não tendo a douta Decisão, emanada do então Presidente do STJ, apreciado a “contratoriedade” [seria contrariedade??] entre o valor da causa, em Embargos do Executado, de 241.500.00 (... “O Embargante terminou a sua peça pedindo a procedência dos presentes embargos de executado. com a sua absolvição da instância ou parcialmente do pedido. declarando assim a sua dívida para com o embargado em duzentos e quarenta e um mil e quinhentos escudos...”) e o de 800.000.00 (... “O Embargado terminou a sua peça processual solicitando a improcedência dos embargos, por não provados, e, conseqüentemente, a condenação do Embargante a pagar a quantia constante do título executivo e ain[d]a nas custas e procuradoria”), constante da douta sentença do tribunal a quo, cfr; fls. 54 dos autos, considera-se ter dado o Venerando Presidente do STJ “uma interpretação que se qualifique desconforme à Lei Fundamental”, ou seja, à norma constitucional do citado 22º/1; tudo, porquanto, o valor da causa não deixaria de ser aquele pedido pelo Embargado (800.000.00), mesmo que, o Embargante tenha atribuído, erradamente ou não o valor em tela (241.500\$00), o que não legitima o acesso à justiça, por via de recurso, não obstante ter fixado aquele como valor da causa de ação principal de Ação Executiva, ao invés do constante da oposição ([não fecha] e não petição inicial, falando propriamente dito, em autos dos Embargos do Executado, como meio de defesa processual àquela interposta pelo executante, no uso do seu direito subjetivo público-ação judicial declarativa condenatória; ali[á]s, ali[á]s [sic], o juiz a quo, no dispositivo da sua douta sentença, termina decidindo “...Pelo exposto o Tribunal decide julgar totalmente improcedentes os presentes embargos, devendo, por isso, a execução proceder sobre a totalidade do montante constante do título executivo”.

4.3. Por este motivo, reitera que a decisão recorrida, ao não proceder desta forma com a conseqüente admissão do seu recurso acabou por dar uma interpretação inconstitucional às normas de Direito Internacional Público reconhecidas pelas nações civilizadas e ao artigo 22, parágrafo primeiro, da Lei Fundamental.

4.4. Reitera as suas alegações insistindo que não decorreria dos normativos aplicáveis “qualquer “reserva legal” que outorgasse poderes ao legislador ordinário para

condicionar o direito de recurso para o tribunal superior, ao fixar o valor da causa de que não permite o direito de recurso ordinário ao jurisdicionado e que, logo, gerara-se desconformidade com artigo 12, parágrafo primeiro, da Constituição que incorpora do Direito Internacional Público geral ou comum “direito natural ou consuetudinário”, consagrando o mesmo o “direito ao duplo grau jurisdicional, independentemente do valor da causa”, como, de resto, também seria o que sucederia nas “nações civilizadas” como o Brasil, norma essa que, na sua dicção, seria “autoaplicável independentemente de qualquer limitação ao direito de acesso aos tribunais”.

4.5. Daí, pedir a este Tribunal que:

4.5.1. Profira aresto de interpretação, apreciando o artigo 587, parágrafo primeiro, do que designa “novo” CPC “com todas [??] as consequências”;

4.5.2. E pede a declaração de inconstitucionalidade do primeiro segmento do preceito, correspondente à parte em que se dispõe que “[s]ó é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal (...)”.

5. Também parece pedir a declaração de inconstitucionalidade do artigo 787 do CPC, resultando na “revogação do despacho recorrido (de 27/12/2012, que não admitiu o recurso de Apelação, sob a alegação de o valor da causa de 241.500\$00 conter na alçada do tribunal (...))”.

5.1. Isso porque os tribunais cabo-verdianos teriam poderes para reapreciar a doutrina portuguesa, adaptando-a à realidade cabo-verdiana, marcada por um Estado Unitário e com tribunais de diversas classes, que conduziu a um tratamento desigual das pessoas consoante o local onde estivessem. Exemplificando, diz que se “uma das partes processuais que, podendo recorrer também, como por exemplo, nos tribunais da terceira classe, em ações de valor superior a 200 contos, tivesse a chance de fazê-lo perante os tribunais de comarca de primeira e segunda classes, quando estivesse em jogo o valor de interesse económico entre este e mais um centavo e 500 contos e mais um”.

5.2. Haveria em tais casos, segundo a doutrina e jurisprudências alemãs – no sentido da expressão emprestada do constitucionalista brasileiro Gilmar Mendes – uma exclusão de benefício incompatível com o princípio da igualdade.

5.3. Sugere igualmente poder haver desconformidade dessa solução com a proibição de discriminação por motivos sócio-económicos, havendo que se averiguar a eventual “inconstitucionalidade de qualquer norma do CPC luso semelhante à nossa, quando se verifique ter havido a violação do princípio da proporcionalidade (excesso do poder legislativo)”, a sua aplicação à realidade sócio-jurídica cabo-verdiana.

5.4. Conclui, pedindo que os juízes deste Tribunal:

5.4.1. “[P]rofiram Arresto de interpretação constitucional que aprecia a inconstitucionalidade da interpretação da disposição do artigo 3587/1 do novo Código de Processo Civil, com as suas consequências legais, por violação do acesso ao tribunal superior, ex vi do artigo 12/1 do DIP e do artigo 22º/1, ambos da CRCV, por o valor ser superior à alçada do tribunal, como constante da petição inicial da ação executiva e não, da oposição (contestação) em embargos do executado”;

5.4.2. “[D]eclarem a inconstitucionalidade das normas disposições conjugadas do artigo 387º/1 do CPC e o art. 37º da Lei nº 61/V/1998, de 6 de Julho, que deu a nova redação aos arts. 37 e 374-A da Lei da Organização Judiciária, face aos artigos 12º/1 e 22º/1 da Constituição, por violação do princípio da proporcionalidade, ex vi do artigo 17º/5 e o artigo 24º, também, da CRCV”.

6. A tramitação neste Tribunal subsequente ao recebimento desta peça se processou da seguinte forma:

6.1. Foi notificado o recorrido na ação principal, Senhor Miguel António Lopes para apresentar as suas contra-alegações, mas tendo este sido notificado no dia 19 de junho de 2017, optou por não a submeter dentro do prazo previsto.

6.2. No dia 22 de junho de 2020, o JCR despachou o processo para visto dos juízes-conselheiros, tendo estes rubricados os autos nos dias 22 e 23 respetivamente.

6.3. A 23 de novembro do mesmo ano, o JCR procedeu ao depósito do memorando, o qual foi distribuído por todos os intervenientes processuais, tendo o JCP, na sequência, marcado sessão de julgamento e conferência para o dia 23 de dezembro desse ano, do que foram notificados todos os intervenientes processuais.

6.4. O julgamento iniciou-se nessa data. Porém, como consta da ata de f. 118 dos presentes autos, face à ausência do representante do Ministério Público, do recorrente e da entidade recorrida no processo principal, sem qualquer justificação, se entendeu por unanimidade adiar o julgamento para momento em que o Tribunal não tivesse outros processos prioritários para resolver.

6.5. A tramitação deste processo foi retomada no dia 18 de novembro de 2022 na sequência de apresentação de novo projeto de memorando apresentado pelo JCR, o qual foi notificado a todos os intervenientes processuais nos dias seguintes, conduzindo, na sequência, à marcação da data do julgamento pelo JCP para o dia 9 de janeiro de 2023, o que foi notificado a todas essas entidades nos termos da lei.

6.6. Nesse dia realizou-se:

6.6.1. A audiência pública que contou com a participação dos juízes do Tribunal Constitucional, do Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República, do Senhor Secretário do TC e do recorrido na ação principal, Senhor Miguel António Lopes;

6.6.2. Conforme é de lei, deu-se a palavra ao Relator para apresentar o projeto de memorando, o que fez. Em seguida, não se fazendo presente o mandatário do recorrente, pronunciou-se o Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República, o qual enfatizou que, embora não se tenha detido de forma muito aprofundada nos autos, seria necessário que o Tribunal Constitucional assegurasse que todos os pressupostos e requisitos estejam presentes, nomeadamente porque tem sido frequente trazer-se recursos a esta Corte sem o devido esgotamento dos recursos ordinários e sem antes se ter colocado a questão de inconstitucionalidade de modo processualmente adequado; deixaria, no entanto, estes aspetos à consideração do Coletivo;

6.6.3. Preferiu, outrossim, centrar-se nas questões de fundo, formulando entendimento de que não vê qualquer incompatibilidade entre a norma desafiada e o direito de acesso à justiça do recorrente. Porque: a) ele pôde aceder à justiça; b) tal direito não pode ser tido por ilimitado; c) a solução faz parte do ordenamento jurídico caboverdiano desde há muito tempo; d) normas similares integram ordenamentos jurídicos que são próximos ao nacional. Para o legislador pátrio nem todas as decisões seriam recorríveis, até porque é a própria Lei Fundamental que reconhece um direito a obter uma decisão judicial em prazo razoável, o que seria incompatível com um regime de recorribilidade plena. Por conseguinte, para propósitos de harmonização com a necessidade de garantia a celeridade da justiça que é imperioso condicionar a recorribilidade das decisões;

6.6.4. O JCR colocou questão ao Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República no sentido de auscultá-lo sobre eventuais razões objetivas que levaram o legislador ordinário a adotar a norma da parte primeira do artigo 587, parágrafo primeiro, da Lei Fundamental. Na sua resposta, teceu considerações de enquadramento no sentido de que tem sido propósito das revisões das leis processuais civis eliminar os obstáculos a obter-se uma decisão célere, o que implica no condicionamento à utilização de recursos, fenómeno que vinha também ocorrendo em seara criminal, mas que se justifica ainda mais na esfera cível, considerando a natureza meramente patrimonial dos interesses em causa. Por isso, considera que são soluções também destinadas a garantir a racionalidade do processo.

6.7. Terminada a audiência pública, os juízes conselheiros deste Tribunal reuniram-se em câmara, tendo discutido e aprovado o memorando de questões proposto, pronunciando-se a respeito da delimitação do objeto do recurso, da admissibilidade do mesmo e da cognoscibilidade das questões de constitucionalidade que o integram e sobre o mérito do pedido de declaração de inconstitucionalidade, decidindo-se nos termos expostos na parte dispositiva desta decisão.

6.8. Vertida para o projeto de acórdão, este foi discutido pelos Juízes no dia 12 de fevereiro de 2024, tendo os mesmos adotado os fundamentos articulados neste acórdão.

II. Fundamentação

1. Nesta matéria, o Tribunal Constitucional segue a sua jurisprudência sobre a admissibilidade do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, construída através de diversos arestos, nomeadamente alguns que foram decididos no mérito (*Acórdão 8/2017, de 29 de junho, Sal Hotéis v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 903-910; *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856; *Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ, referente a norma prevista pelo número 1 do artigo 2º da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais, e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como a garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1618-1653; *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade, Alex Saab v. STJ*, Red. JC José Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro, pp. 2508-2750; *Acórdão 50/2022, de 22 de dezembro, Aniceto dos Santos v. Tribunal da Relação de Sotavento, sobre inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente do artigo 12 do CPP na exata aceção segundo a qual o juiz que aplica medida de coação de prisão preventiva não está impedido, no respetivo processo, de participar do julgamento do arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 18 de janeiro de 2023, pp. 180-206; em incidentes pós-decisórios decididos (*Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos, Alex Saab v. STJ*, Red. JC José Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro, pp. 2619-2636); em reclamações pela não admissão das mesmas (*Acórdão 4/2017, de 13 de abril, Vanda Oliveira v. STJ, [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade]*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 27, 16 de maio de 2017, pp. 650-659; *Acórdão 20/2019, de 30 de maio, Edílio Ribeiro da Cruz*

v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, 22 de julho de 2019, pp. 1214-1223; Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1824; Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada], Rel: JP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1786-1792; Acórdão 01/2021, de 12 de janeiro, Alex Saab v. STJ, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta [por não esgotamento dos recursos ordinários], Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 832-836; Acórdão nº 26/2021, de 25 de maio, Okechhwkwu Onuzuruibgo e outros v. Presidente do TRS, por não admissibilidade de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2248-2252; Acórdão nº 27/2021, de 25 de maio, Adilson Staline v. Presidente do TRS, por não admissibilidade de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 225-2256), quase todas indeferidas, e em decisões de não-admissão tomadas pelo Coletivo (Acórdão 51/2022, de 22 de dezembro, Rui Barbosa Vicente v. STJ, sobre inconstitucionalidade de norma hipotética nos termos da qual o artigo 437, parágrafo primeiro, alínea [i]) sobre a recorribilidade de decisões judiciais da segunda instância seria aplicável a situações ocorridas antes da entrada em vigor de lei de alteração por desconformidade com a garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial, a garantia de recurso e a garantia de defesa, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 18 de janeiro de 2023, pp. 206-214).

2. Em relação à admissibilidade,

2.1. Como já se tinha adiantado, o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade foi admitido, pelo órgão judicial recorrido, que, perante a peça de interposição do recurso de fiscalização concreta protocolado pelo recorrente, segundo o

qual este vinha colocar requerimento de “recurso constitucional restrito à questão da inconstitucionalidade da referida norma legal, face ao artº. 12/1 do Direito Internacional Público geral ou comum às nações civilizadas, e 22/1, todos da Constituição da República de Cabo Verde de 1992, ao abrigo da norma do artº 276/, al. b) da CR de 92”, considerou que:

2.1.1. O mesmo era tempestivo;

2.1.2. O recorrente tinha legitimidade;

2.1.3. O requerimento indicava a norma cuja inconstitucionalidade se pretendia que o tribunal apreciasse, assim como a norma constitucional que se considerou violada;

2.1.4. A questão de constitucionalidade foi suscitada no requerimento inicial;

2.1.5. Admitindo-o por estas razões.

2.2. Contudo, apesar disso, este Tribunal mantém, mesmo em relação às questões de admissibilidade que o órgão judicial recorrido pôde apreciar, o poder de analisar o preenchimento de todas as condições de admissibilidade e de cognoscibilidade das questões.

2.2.1. Trata-se de competência que este órgão judicial tem por força do número 4 do artigo 83 da Lei do Tribunal Constitucional, o qual dispõe que a decisão positiva de admissibilidade do órgão judicial recorrido não vincula o Tribunal Constitucional, devendo este reapreciá-la caso dúvidas subsistam sobre o adequado preenchimento das condições processuais (*Acórdão 4/2017, de 13 de abril, Vanda Oliveira v. STJ, [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade]*, Rel: JC Pina Delgado, 2.1.1), até em função do interesse que o órgão judicial *a quo* possa possuir no sentido de ser esta Corte a pronunciar-se sobre a admissibilidade (*Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ, referente a norma prevista pelo número 1 do artigo 2º da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais, e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como a garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina Delgado, 2.1.2);

2.2.2. Podendo tal múnus ser assumido pelo Relator por força do artigo 86 desse diploma de processo constitucional (v. *Decisão Sumária 1/2020, de 20 de Abril, Okwuchkwu Arinzechi Igwemadu v. TRS*, JCR Pina Delgado, não-publicado, disponível em <https://www.tribunalconstitucional.cv/index.php/deciso-es-sumarias/>, e *Decisão Sumária 1/2022, de 22 de julho, Aniceto dos Santos v. STJ*, JCR Pina Delgado, não-publicado, disponível em <https://www.tribunalconstitucional.cv/index.php/deciso-es-sumarias/>, e *Decisão Sumária 1/2023, de 4 de janeiro, Elisângelo Martins Almeida & Anilton Martins Almeida v. STJ, por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de modo processualmente adequado perante o tribunal que proferiu a decisão recorrida, em termos de este estar obrigado a dela conhecer*, JCR Pina Delgado, não-publicado, disponível em <https://www.tribunalconstitucional.cv/index.php/deciso-es-sumarias/>), o que não foi o caso.

3. Em relação aos pressupostos gerais e especiais, impõe-se, pela sua natureza e pelo facto de o órgão judicial recorrido já o ter feito, uma análise perfunctória e geral, incidente sobre todos os seus itens, para se verificar se o Tribunal é competente, se o recorrente possui legitimidade, se foi interposto tempestivamente e se foram esgotadas todas as vias ordinárias de recurso.

3.1. Na medida em que a Constituição atribui competências a este Tribunal para fiscalizar a constitucionalidade e legalidade (artigo 215, parágrafo 1, alínea a)) e consagra no número 1 do artigo 281 que cabe recurso de decisões dos tribunais que recusem a aplicação, com fundamento em inconstitucionalidade, de qualquer norma ou que apliquem normas cuja inconstitucionalidade haja sido suscitada no processo, retomadas pela alínea c) do artigo 11 da Lei do Tribunal Constitucional, a qual desenvolve o seu regime processual no Capítulo II do Título II da Parte II, não seria, à primeira vista, ponto de discórdia de que o pressuposto da competência se encontra preenchido.

3.2. O recorrente tem legitimidade, pois é embargante nos autos de Embargos de Executado nº 68/12, no âmbito do qual a norma impugnada foi eventualmente aplicada, pelo que, indubitavelmente, tem interesse direto em agir.

3.3. De acordo com o artigo 81 da Lei deste Tribunal e da jurisprudência firme desta Corte a respeito do regime de contagem (*Acórdão 4/2017, de 13 de abril, Vanda Oliveira*

v. *STJ, [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade]*, Rel: JC Pina Delgado, 2.3.4; *Acórdão 20/2019, de 30 de maio, Edílio Ribeiro da Cruz v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade*, Rel: JC Pina Delgado, 2), o recorrente dispunha de um prazo processual de dez dias para interpor este recurso constitucional. O recorrente foi notificado no dia 18 de maio de 2015 e interpôs o recurso no dia 4 de junho de 2015, 11 dias úteis depois, na medida que intervieram o feriado municipal de 19 de maio e o feriado nacional de 1 de junho. Seja como for, um dia após o término do prazo, que findou no dia 3 de junho desse ano. Pelo que, ao contrário do que argumentou a entidade recorrida, o recurso pareceria ter sido intempestivo, na medida em que não foi intentado dentro do prazo de dez dias previsto pelo artigo citado.

3.3.1. Apesar de o Tribunal ter entendido que poderia admitir um recurso no dia após o término do prazo para a prática de ato, mediante pagamento de multa, nos termos do número 4 do artigo 138 do CPC (conforme a qual “independentemente de justo impedimento, pode o ato processual ser praticado no primeiro dia útil subsequente ao termo do prazo (...)", o que ocorreu em relação a várias espécies processuais, nomeadamente em recursos eleitorais (*Acórdão 7/2018, de 29 de março, Joaquim Monteiro v. STJ, sobre recusa de concessão de subvenção de campanha eleitoral decorrente de aplicação de norma constitucional*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 505-530, 5; *Acórdão 21/2016, de 16 de setembro, UCID v. AAG-SV*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 59, 14 de outubro de 2016, pp. 1986-1994, 2, e do *Acórdão 22/2016, de 16 de setembro, Alcides Graça v. AAG-SV*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 59, 14 de outubro de 2016, pp. 1995-2007, 2.1.4., *Acórdão 42/2020, de 07 de outubro, Braz Gabriel v. Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, sobre inelegibilidade de candidato por não reposição aos cofres municipais de quantia determinada por Acórdão condenatório do Tribunal de Contas*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 142, 31 de dezembro de 2020, pp. 37-50, 5.3.5; *Acórdão 45/2020, de 02 de novembro, Cruz Vermelha de Cabo Verde v. CNE, sobre requisição de instalações para funcionamento de assembleias de voto*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, 12 de janeiro de 2020, pp. 69-82, 5.1.3; *Acórdão 55/2020, de 23 de dezembro, LSCP v. AAG-Praia, sobre distribuição de mandatos a candidaturas que não tenha obtido representação por aplicação exclusiva*

do Método de Hondt para efeitos de garantir maior representatividade social e legitimidade, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, pp. 554-560, 3.1.3, e *Acórdão 13/2021, de 29 de março, MPD v. CNE, sobre antecipação ilícita de propaganda eleitoral gráfica*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 31 de maio de 2021, pp. 1817-1826, 2.3.3;) por aplicação conjugada dos artigos 54 e 94 da Lei do Tribunal Constitucional. Aplicando esse entendimento em processos de amparo inclusive (*Acórdão 25/2016, de 08 de novembro, José Neves v. STJ*, Rel: JC Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 67, 29 de novembro de 2016, pp. 2139-2145, 1; *Acórdão 08/2019, de 14 de fevereiro, João Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JC Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 14 de março de 2019, pp. 509-511, 2.1; *Acórdão 10/2019, de 14 de fevereiro, João Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JC Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 14 de março de 2019, pp. 519-521, 4; *Acórdão 11/2019, de 28 de fevereiro, Eduina Ferreira v. STJ*, Rel: JC Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 14 de março de 2019, pp. 521-523, 2.1; *Acórdão 7/2023, de 18 de janeiro, António Ferreira v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 691-693, 2.2).

Pelo que a questão essencial resulta em se determinar se a multa deve ser paga ou não no processo de fiscalização concreta quando o mesmo não é gratuito nos termos do artigo 54. A resposta passa pela análise de duas premissas. Primeira, a onerosidade em alguns casos do processo de fiscalização concreta em que o recorrente deverá pagar custas. Segunda, a natureza do processo de fiscalização concreta que, embora sirva como um meio de satisfação subjetiva de interesses individuais, claramente vista pela atribuição de legitimidade ativa a partes com interesse direto na lide que poderão individualmente ter sido lesados pela aplicação de eventual norma inconstitucional, tem também pendor objetivo, na medida em que não deixa de visar a proteção da Lei Fundamental da República, criando um mecanismo idóneo a expurgar normas inconstitucionais do ordenamento jurídico, pois, conforme o Tribunal considerou (*Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina

Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1618-1653, para. 4.7), este recurso “se justifica como mecanismo de proteção subjetiva ainda que com efeitos objetivos”.

Seja como for, a verdade é que, embora seja um processo com fortes características objetivas de proteção da Constituição, o legislador expressamente excluiu esse tipo de processo dos isentos de taxas judiciais, cabendo em relação ao mesmo custas em caso de decaimento, pelo que, não parece a este Tribunal que se deva dispensar o recorrente do pagamento da multa, como se vinha entendendo em relação aos processos gratuitos;

3.3.2. Partindo dessa conclusão parcial e considerando os dados da hipótese do caso concreto, três questões adicionais se colocam. A primeira de se saber se perante a alteração da legislação processual civil que passou a prever um prazo de três dias para a prática desses atos processuais, o Tribunal Constitucional continuará a considerar que a disposição é compatível com a natureza do processo constitucional; a segunda, de se definir se, em caso de resposta negativa à questão anterior, pelo facto de este recurso estar a tramitar desde 2015, portanto na vigência da antiga versão do Código de Processo Civil não seria de se aplicar a solução então prevista pela lei, de acordo com as condições que lhe são inerentes; terceiro, se, neste caso, poderá o Tribunal determinar o pagamento de multa nesta fase, uma vez que não foi recolhida na data de interposição do recurso;

3.3.3. Quanto à primeira questão, o Tribunal deixa sinalizado o seu entendimento de que o atual artigo 138, parágrafo quarto, primeira parte, do Código de Processo Civil, de acordo com o qual “[i]ndependentemente do justo impedimento, pode o ato processual ser praticado no terceiro dia útil subsequente ao termo do prazo, (...)”, é incompatível com a natureza do processo constitucional, sobretudo nos casos em que a própria lei classifica o processo-pretexto como urgente e os procedimentos como necessariamente céleres (*Acórdão 95/2023, de 13 de junho, Adelcides Nascimento Fernandes Tavares v. STJ, Indeferimento de Arguição de Nulidade do Acórdão nº 66/2023 por Manifesta Falta de Fundamentos Legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 69, 22 de junho de 2023, pp. 1359-1363, 4.3.3-4.3.4, *Acórdão 2/2024, de 11 de janeiro, Jorge Lopes v. STJ, Inadmissão por não aperfeiçoamento tempestivo das insuficiências de que o recurso padece*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 6 de fevereiro de 2024, pp. 206-211, 5.2.5). Permitir que se agregue potencialmente

para cada ato processual três dias contados de acordo com o regime de prazos judiciais é insustentável de um ponto de vista do processo constitucional, na medida em que conduziria a uma alongar da decisão judicial, deixando em suspenso os efeitos das decisões recorridas, impossibilitando o trânsito em julgado das mesmas e a constituição de casos julgados, com impacto sobre prazos de manutenção de prisão preventiva ou de detenção provisória ou da boa execução das decisões. Especificamente em relação ao recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade em que, pela primeira vez a questão se coloca, posto que noutra a decisão era por si só irrecorrível, a possibilidade de se adotar essa tolerância parece de alguma forma contrariar o espírito de celeridade preceituado pelo artigo 89, parágrafo terceiro, da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, de acordo com o qual “[n]os processos em que a lei processual atribui caráter de urgência, e, bem assim, naqueles que estiverem em causa direitos, liberdades garantias pessoais, os prazos estabelecidos nos números anteriores são reduzidos a metade, devendo o relator dar prioridade a esses processos”; no que diz respeito aos recursos de amparo é a própria Constituição a considerar no artigo 20, parágrafo primeiro, alínea b) que ele “tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”. Por conseguinte, se ainda uma tolerância de um dia não teria efeitos avassaladores sobre a celeridade da prestação da justiça constitucional, a adoção de uma solução que triplica esse prazo é impassível de se harmonizar com os processos subjetivos que tramitam nesta Corte Constitucional;

3.3.4. Dito isto, não significa que esta mesma bitola deva ser aplicada ao caso concreto. Pela razão de que o recurso deu entrada na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça ainda antes da instalação do Tribunal Constitucional, tramitou durante largo período em que esta Corte adotou interpretação segundo a qual seria aceitável aplicar a antiga versão dessa disposição do Código de Processo Civil. Tendo em atenção este aspeto específico, como forma de salvaguardar as expectativas geradas por essa jurisprudência, a Corte Constitucional considera que, em relação aos processos protocolados neste Tribunal e que já tramitavam antes da alteração do Código de Processo Civil, continuará a aceitar a interposição de recursos no dia seguinte ao termo do prazo, conquanto a mesma se adegue às condições previstas por essa versão do artigo 138, parágrafo quarto, do Código de Processo Civil;

3.3.5. A rigorosa aplicação dessa norma está associada a uma condição importante, definida em termos segundo os quais, “a validade da prática do ato no primeiro dia útil subsequente fica dependente do pagamento imediato de uma multa de montante igual a 25% da taxa de justiça que seria devida a final pelo processo ou parte do processo, mas nunca inferior a dois mil e quinhentos escudos, nem superior a cinquenta mil escudos”. Por conseguinte, o momento para o pagamento da multa que habilita o recurso a ser recebido pela secretaria é o momento exato em que se o protocola, ainda que a imediatidade possa ser antecipada com a apresentação do comprovante de recolhimento nesse momento ou ligeiramente adiado, mas nada que ultrapasse o dia da interposição do recurso. É verdade que, neste caso, nem a secretaria, nem o relator, se deram conta da ausência do pagamento de multa permitindo que o processo prosseguisse até esta fase. Daí que excecionalmente o Tribunal Constitucional, para não inibir o conhecimento do mérito nesta fase derradeira de apreciação e posterior à realização da audiência pública, determina que ela seja recolhida ao fim do processo, independentemente da decisão de mérito que se tomar.

3.4. Seria ainda necessário assegurar o esgotamento das vias ordinárias de recurso estabelecidas na lei de processo em que foi proferida a decisão nos termos do número 2 do artigo 77 da Lei do Tribunal Constitucional, uma imposição “inevitável para se conciliar, de uma parte, a necessidade de se preservar o papel da justiça ordinária na salvaguarda dos direitos e interesses legítimos das pessoas, e, da outra, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado com demandas sobre essas matérias que poderiam ter sido resolvidas através dos tribunais comuns” (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856, 2.1.4). Será prosaico, face ao relatado, considerar que se está defronte de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade que desafia decisão do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que se pronunciou sobre uma reclamação que lhe foi dirigida. Por isso, não é líquido que se tenha esgotado todas as vias ordinárias de recurso.

3.4.1. No caso concreto, atendendo que se está a recorrer de indeferimento de reclamação empreendido pelo Presidente da Egrégia Suprema Corte de Justiça, poderia ficar-se com a impressão de não ser evidente que o pressuposto tenha ficado preenchido

face à possibilidade atual de reclamação desse tipo de despacho para a conferência do Tribunal;

3.4.2. Contudo, há que se considerar que a decisão à qual se imputa a aplicação de norma inconstitucional foi praticada num momento em que, por força da versão originária do artigo 600 do CPC (julgamento da reclamação), a competência cabia ao Presidente do tribunal ao qual se dirigia o recurso e não ao juiz-relator (“recebido o processo no tribunal superior, é imediatamente submetido à decisão do Presidente, que, dentro de cinco dias, resolve se o recurso deve ser admitido ou subir imediatamente”), não parecendo que desta decisão coubesse qualquer recurso para o Coletivo;

3.4.3. Assim, entende-se que houve esgotamento das vias ordinárias de recurso ou renúncia do direito de interpor recurso ordinário ou reação equiparada, pelo que o pressuposto se dá por preenchido.

3.5. Dando-se, por essas razões, por presentes todos os pressupostos gerais e especiais de admissibilidade do recurso.

4. Permitindo, deste modo, analisar se as condições de cognoscibilidade da questão de constitucionalidade se encontram também presentes. Impõe-se, assim, que se promova análise autónoma de todas as questões de constitucionalidade suscitadas a fim de se verificar se,

4.1. Primeiro, foi indicada uma norma que o recorrente pretende impugnar, exigência que decorre da natureza do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, cujo objeto é estritamente um controlo normativo, e das referências do artigo 77 que reconduzem integralmente a situações de inconstitucionalidade normativa, e do número 1 do artigo 82 que impõe ao recorrente a indicação da norma cuja inconstitucionalidade pretende que o Tribunal aprecie. Norma entendida num sentido amplo como qualquer enunciado deôntico, real ou hipotético, expresso ou implícito, em preceito específico ou inferido de um conjunto de preceitos, que prescrevem ou descrevem condutas, proibindo-as ou permitindo-as, ou conferem um poder ou um direito.

4.1.1. Apesar de se poder discutir a necessidade de se estender este conceito além da norma na sua aceção mais evidente que decorra das orientações do sentido emergente da sua interpretação normal para abarcar qualquer base normativa efetivamente aplicada por um tribunal – na medida em que passíveis de escrutínio por via de recurso de amparo – o facto é que não só a Lei do Tribunal Constitucional ao mencionar, no número 2 do artigo 93, a possibilidade de a regra em causa se fundar em determinada interpretação de uma norma, como a prática da jurisdição constitucional cabo-verdiana desde o momento que foi assumida pelo Supremo Tribunal de Justiça enquanto Tribunal Constitucional, o vinha reconhecendo (pelo *Acórdão n.º 15/04, de 28 de maio, MpD v. Tribunal da Comarca da Praia*, Rel: JP Benfeito Mosso Ramos; pelo *Acórdão 17/04, de 11 de novembro, Joaquim Jaime Monteiro v. Tribunal de Contas*, Rel: JP Benfeito Mosso Ramos; pelo *Acórdão 09/09, de 29 de maio, Manuel Evangelista Évora v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: (ile.), não-publicados) e o Tribunal Constitucional manteve de forma consistente, desde o início das suas atividades (*Acórdão 8/2017, de 29 de junho, Sal Hotéis v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, 16; *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.2.1; *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 3.1.1), aderindo a essa tradição;

4.1.2. Mas, sendo assim, o Tribunal atenta especificamente ao preenchimento deste requisito para afastar qualquer tentação de utilização deste tipo de processo para efeitos de controlo de constitucionalidade decorrente de condutas dos tribunais judiciais sem natureza normativa, os quais, no nosso sistema constitucional, podem ser impugnadas através da interposição de recursos de amparo, pelo menos nos casos em que se reportem à violação de direitos, liberdades e garantias (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.2.1), não sendo idónea a utilização indistinta do mesmo recurso para se colocar tanto questões de inconstitucionalidade normativa como de inconstitucionalidades de conduta (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.2.1; *Acórdão 9/2018, de 23 de maio, INPS v. STJ: Pedido de*

Aclaração e de Reforma do Acórdão, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 4.5; *Acórdão 35/2019, de 18 de outubro*, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada, Rel: JC Pina Delgado, 2; *Acórdão 12/2020, de 16 de abril*, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada], Rel: JP Pinto Semedo, 5.3; *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 3.1.1; *Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 4.2.3).

Ou também para efeitos de revisão de questões de facto apreciadas pelos tribunais ordinários de acordo com as suas respetivas competências, afastadas desta jurisdição como já se tinha entendido em processos anteriores (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 1; *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 3.1.1). Assim, a identificação da norma que se pretende que esta Corte escrute é essencial tanto nos casos em que o recorrente alega que norma inconstitucional na sua aceção essencial foi aplicada durante o processo, como é agravada nos casos em que se traz ao conhecimento do Tribunal imputação de utilização de aceção normativa inconstitucional para decidir uma questão ordinária. Destarte, incumbe ao recorrente recortar de forma a mais precisa possível essa norma hipotética que garante a viabilidade da própria apreciação, devendo-se recusar a sindicância de qualquer uma que não tenha sido suficientemente definida;

4.1.3. Por conseguinte, a satisfação do primeiro requisito de admissibilidade é garantida na medida em que o recorrente indique uma norma que foi aplicada pelo órgão judicial recorrido para fundamentar uma decisão que tomou no âmbito de um processo de que era interveniente processual, sendo exigência do mesmo que se esteja perante uma norma no sentido estrito da palavra, ainda que não se reconduza a qualquer preceito ou conjunto de preceitos. Isto é, que ela contenha uma previsão e uma estatuição remissíveis em potência a uma natureza geral e abstrata, não obstante imaginada, como se tivesse sido construída por um legislador. Nos casos em que ela decorre de uma mera aceção interpretativa decorrente de um preceito ou de um conjunto de preceitos é ónus do recorrente delimitá-la, não cabendo ao Tribunal fazê-lo em seu nome;

4.1.4. No caso concreto, verifica-se que, na peça de interposição do recurso, o recorrente limita-se a colocar “recurso constitucional restrito à questão da inconstitucionalidade da referida norma legal, face ao artº. 12/1 do Direito Internacional Público geral ou comum às nações civilizadas, e 22/1, todos da Constituição da República de Cabo Verde de 1992, ao abrigo da norma do artº 276/, al. b) da CR de 92”, já na peça de alegações finais escritas, além desta questão também suscita outra a envolver uma interpretação que terá sido lançada ao artigo 587, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil pelo órgão judicial recorrido, por violar o acesso a tribunal superior, aplicável por força dos artigos 12, parágrafo primeiro, e 22, parágrafo primeiro, ambos da Lei Fundamental, por o valor da causa ser superior à alçada do Tribunal, como constante da petição inicial da ação executiva e não da oposição em embargos do executado, bem como introduz um pedido de declaração da inconstitucionalidade de norma “[das?] disposições conjugadas do artigo 387º/1 do CPC e o art, 37º da Lei nº 61/V/1998, de 6 de julho, que deu a nova redação aos arts. 37 e 374-A da Lei da Organização Judiciária, face aos artigos 12º/1 e 22º/1 da Constituição, por violação do princípio da proporcionalidade, ex vi do artigo 17º/5 e o artigo 24º, também, da CRCV”;

4.1.5. Ora, o Tribunal Constitucional já havia assentado entendimento que o objeto do recurso é fixado pela peça de interposição de recurso, não podendo ser ampliado através de peças posteriores, nomeadamente da peça de alegações finais. Ora, os pedidos que foram adicionados através desta, são claramente ampliações inaceitáveis do objeto do recurso que não foram colocados perante o órgão recorrido que tem a competência primária para avaliar de sua admissibilidade, não podendo ser trazida pioneiramente a

esta Corte. Além do que o segundo pedido dessa mesma peça não ataca qualquer norma que tenha sido aplicada, a qual nem sequer foi identificada. Dirige-se a impugnar uma conduta do órgão judicial, uma finalidade que, nos termos da jurisprudência consolidada deste Tribunal, poderá ser suscitada, mas por via de um recurso de amparo e não através da interposição de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.2.1; *Acórdão 9/2018, de 23 de maio, INPS v. STJ: Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 4.5; *Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, 2; *Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada]*, Rel: JP Pinto Semedo, 5.3; *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade, Alex Saab v. STJ*, Red. JC José Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 3.1.1; *Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos, Alex Saab v. STJ*, Red. JC José Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 4.2.3);

4.1.6. Além de não parecer ser esta a sede correta para se colocar esta questão, pois ao que parece a este Tribunal o recorrente impugna uma conduta do juiz de instância confirmada pelo órgão recorrido e que, no caso de conflitar com direitos, liberdades e garantias, poderia ser objeto de um recurso de amparo caso o recorrente o intentasse, ainda que a interpretação eventualmente empreendida tivesse a configuração de uma norma jurídica, para que o Tribunal pudesse escrutiná-la o recorrente estava obrigado a delimitá-la no próprio requerimento de fiscalização concreta interposto perante o órgão recorrido. Não pode vir em sede de alegações pedir o escrutínio de qualquer norma cujo escrutínio não tenha requerido aquando da interposição do recurso de fiscalização concreta;

4.1.7. Por conseguinte, considerando todo o exposto, o Tribunal não poderá conhecer nem a interpretação que terá sido lançada ao artigo 587, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil pelo órgão judicial recorrido, por violar o acesso a tribunal superior, aplicável por força dos artigos 12, parágrafo primeiro, e 22, parágrafo primeiro, ambos da Lei Fundamental, por o valor da causa ser superior à alçada do Tribunal, como constante da petição inicial da ação executiva e não da oposição em embargos do executado, nem poderá se pronunciar sobre eventual inconstitucionalidade de norma “[das?] disposições conjugadas do artigo 387º/1 do CPC e o art, 37º da Lei nº 61/V/1998, de 6 de julho, que deu a nova redação aos arts. 37 e 374-A da Lei da Organização Judiciária, face aos artigos 12º/1 e 22º/1 da Constituição, por violação do princípio da proporcionalidade, ex vi do artigo 17º/5 e o artigo 24º, também, da CRCV”;

4.1.8. Assim, estes dois segmentos do pedido devem ser descartados desde já, subsistindo em pauta somente a questão de se saber se a primeira parte do parágrafo 1º do artigo 587 do Código de Processo Civil, na medida em que ao considerar impassíveis de admissão recursos ordinários das causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal, seria, em si, inconstitucional por ser desconforme ao princípio do acesso à justiça e ao princípio da igualdade reconhecidos pelos artigos 22, número 1, e 24 da Constituição, e de uma eventual imposição geral de duplo-grau de jurisdição decorrente do Direito Internacional Costumeiro Imperativo ou Comum incorporado ao ordenamento jurídico cabo-verdiano, ou do Direito Natural, aspeto que, naturalmente, pressupõe que o Tribunal tenha poderes para escrutinar situações abstratas de incompatibilidade normativa entre uma norma ordinária e uma norma internacional ou entre aquela e uma norma do dito Direito Natural.

4.2. Porém, mesmo esta só pode ser conhecida no mérito se efetivamente lograr preencher todas as demais condições de cognoscibilidade previstas pela Lei, nomeadamente porque a satisfação do primeiro requisito de admissibilidade é garantida na medida em que o recorrente indique uma norma que foi aplicada pelo órgão judicial recorrido para fundamentar uma decisão que tomou no âmbito de um processo de que era interveniente processual, sendo exigência do mesmo que se esteja perante uma norma no sentido estrito da palavra, ainda que não se reconduza a qualquer preceito ou conjunto de preceitos. Isto é, que ela contenha uma estatuição e uma previsão remissível em potência

a uma natureza geral e abstrata, não obstante imaginada, como se tivesse sido construída por um legislador. Nos casos em que ela decorre de uma mera aceção interpretativa decorrente de um preceito ou de um conjunto de preceitos é ónus do recorrente delimitá-la, não cabendo ao Tribunal fazê-lo em seu nome.

4.2.1. No caso concreto, verifica-se que, na peça de interposição do recurso, como se argumentou em diversos momentos, impugnou claramente norma que limita, como diz, o direito de recurso em razão da expressão económica, reconduzível arguivelmente ao artigo 587, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil, que, na sua primeira parte, dispõe que “[s]ó é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal (...)”;

4.2.2. Neste sentido, pode-se, no limite, considerar que especificou a norma cuja inconstitucionalidade pretende que este Tribunal aprecie;

4.3. Segundo, se efetivamente se está perante uma questão de constitucionalidade.

4.3.1. O que depende de haver um parâmetro da Lei Fundamental com o qual a norma impugnada seja incompatível, não podendo, por motivos evidentes, o Tribunal apreciar qualquer questão de legalidade ordinária que não tenha qualquer conexão de constitucionalidade, direta ou indireta, pois este é território soberano dos tribunais judiciais (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 1; *Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ, referente a norma prevista pelo número 1 do artigo 2º da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais, e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como a garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel. JC Pina Delgado, 4.2; *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 3.1.2), de acordo com a sua organização e competências, que se deve respeitar para que

a Corte Constitucional se mantenha dentro do âmbito do artigo 78 e dos limites da sua função constitucional e não se transforme numa nova instância ordinária de cassação, revista ou substituição;

4.3.2. O recorrente invoca como parâmetros, por um lado, o que aparenta ser uma inconstitucionalidade indireta por desconformidade com o artigo 12, parágrafo primeiro, o qual incorporaria normas de Direito Internacional Costumeiro e de Direito Natural, nomeadamente num princípio geral de Direito reconhecido pelas nações civilizadas que garantiria um duplo-grau de jurisdição, bem como o artigo 22, número 1, da Lei Fundamental, o qual reconhece o direito à proteção judiciária, e o princípio da igualdade. Apesar de se colocar sérias dúvidas sobre os parâmetros externos que ensaiou, as normas constitucionais indicadas podem ser consideradas como sendo idóneas a despoletar um juízo de conformidade constitucional.

5. Porque em relação aos primeiros, o recorrente articula argumentação muito lacunosa, limitando-se a sustentar que o órgão judicial recorrido não reconheceu que o artigo 597, parágrafo primeiro, ao vedar ao jurisdicionado o direito de recurso quando “valor da alçada caia na alçada do tribunal *a quo*”, estaria a “brigar” com o artigo 12, parágrafo primeiro, da Constituição da República, que incorpora o Direito Internacional Público geral ou comum às nações civilizadas, que, como o Brasil, admitem recurso ordinários independentemente do valor da causa.

5.1. Contudo, essa forma de colocar a questão gera dois problemas difíceis de resolver.

5.1.1. De uma parte, refere-se genericamente para o artigo 12, parágrafo primeiro, sem explicitar concretamente para que mecanismo de criação de normas internacionais está a remeter;

5.1.2. Da outra não oferece, em benefício próprio diga-se, e contrariamente ao que a regra impõe quando se invoca tais normas, quaisquer elementos de prova da norma internacional a reconhecer, primeiro, um direito geral ao duplo-grau de jurisdição, e que, segundo, seria insuscetível de ser afetado por razões económicas, que alega existir.

5.2. Na primeira dimensão, a disposição para a qual apela como instrumento de incorporação de uma alegada norma com o teor descrito no nosso ordenamento jurídico encontra-se redigida em termos segundo os quais “[o] Direito Internacional geral ou comum faz parte integrante da ordem jurídica cabo-verdiana”, consagrando, no essencial, um mecanismo de incorporação de normas internacionais costumeiras no ordenamento jurídico cabo-verdiano, o que de alguma forma permitiria uma identificação do que pretende expor o recorrente.

5.2.1. Caso não introduzisse o conceito de “princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas”, uma expressão na sua parte final datada, posto que proveniente de eras mais eurocêntricas da ordem global (v. Liliana Obregón, “The Civilized and the Uncivilized” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 917-939), já abandonadas pelo Direito Internacional e talvez menos apropriadas ao linguajar jurídico de um Estado nascido de um processo de descolonização, na medida em que diretamente ligada ao imperialismo europeu do Século XIX e, como tal, figura central de justificação da submissão dos povos africanos como *mission civilisatrice* da Europa (Alice Conklin, *A Mission to Civilize. The Republican Idea of Empire in France and West Africa 1895-1930*, Stanford, SUP, 1997). Não tivesse o artigo 6º da Ata Final da Conferência de Berlim disposto que “todas as potências a exercerem poderes soberanos ou influência ” sobre território em África, “devem, sem distinção de crença ou nação, proteger e favorecer todas as instituições religiosas, científicas e caritativas e iniciativas (...) que pretendam instruir os nativos e levar-lhes as bênçãos da civilização/ All the Powers exercising sovereign rights or influence in the aforesaid territories (...) shall, without distinction of creed or nation, protect and favour all religious, scientific or charitable institutions and undertakings created and organized for the above ends, or which aim at instructing the natives and bringing home to them the blessings of civilization” (*General Act of the Conference of Berlin Concerning the Congo* [26 February 1885]’ reproduzida em *AJIL*, v. 3, n. 1, Supplement: Official Documents, 1909, pp. 7-25);

5.2.2. Deve-se aceitar contudo que tais termos são mantidos em alguns instrumentos internacionais, um dos quais relevante para efeitos de se compreender a argumentação apresentada, o artigo 38 do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, que ainda a utiliza quando menciona os princípios gerais de direito reconhecidos pelas

nações civilizadas nos seguintes termos: “o Tribunal, cuja função é decidir em conformidade com o Direito Internacional as controvérsias que lhe forem submetidas, aplicará: (...) c) os princípios gerais de Direito, reconhecidos pelas nações civilizadas”;

5.2.3. Esta norma, como é sabido, provém de outras eras, na medida em que reproduzida a partir do artigo 38 do Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional associado à Liga das Nações (*Statute for the Permanent Court of International Justice Provided for by Article 14 of the Covenant of the League of Nations*, LNTS, n. 170, 1921, pp. 391-412) e foi proposta pelo membro do Comité de Especialistas que assessoraram a Liga das Nações nesse processo Elihu Root, o que alguns, como de Lapradelle consideraram uma referência supérflua porque o “direito implica civilização” (Advisory Committee of Experts-League of Nations, *Procès-Verbaux of the Proceedings of the Committee June 16th-July 24th 1920. With Annexes*, The Hague, Van Langenhuysen, 1920, p. 335);

5.2.4. Por razões pragmáticas, essa fórmula foi transporta para o artigo 38 do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, já que, como asseverou o internacionalista francês Basdevant em relação a proposta de supressão da expressão “geral” feita pela Costa Rica, apesar de redigida de forma imprecisa, seria difícil conceber melhor formulação para um preceito que estava a funcionar bem na prática (*Documents of the United Nations Conference on International Organization, San Francisco, 1945*, London/New York, United Nations Information Organizations, 1945, p. 170), no que foi secundado pelo representante da China (*Ibid.*, p. 171). E assim permaneceu intocada porque o Comité considerou que “não era oportuno rever a disposição” (*Ibid.*, p. 845);

5.2.5. Contudo, por força dos novos princípios lavrados na Carta das Nações Unidas, nomeadamente o da igualdade soberana dos Estados (artigo 2º, parágrafo primeiro), impor-se-ia uma interpretação atualista das referências discriminatórias à expressão “civilizadas”, até por força dos efeitos do artigo 103 do mesmo instrumento fundacional na ordem global ainda em vigor, segundo o qual “em caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta”;

5.2.6. O Antigo Juiz do Tribunal Internacional de Justiça, Fouad Amoun, já havia a este respeito proclamado que o artigo 38, parágrafo primeiro, alínea c), era “inaplicável na forma como foi construído porque o termo ‘nações civilizadas’ é incompatível com as disposições relevantes da Carta das Nações Unidas (...)”. Assim sendo, não podia ser interpretado de outro modo a não ser atribuindo-lhe um significado universal que não envolvesse qualquer discriminação entre os membros da mesma comunidade baseada na igualdade soberana (...)” (*Separate Opinion-North Sea Continental Shelf* (República Federal da Alemanha v. Dinamarca) in: *International Court of Justice Reports of Judgments, Advisory Opinions and Orders*, The Hague, ICJ, 1969, p. 132 e ss);

5.2.7. E, em 1971, o representante do México, aparentemente ecoando a posição de vários outros Estados envolvidos no processo de reavaliação do papel e dos Estatutos do Tribunal Internacional de Justiça, referiu-se à expressão como uma “reliquia do velho colonialismo” (disponível na página oficial da Organização das Nações Unidas <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n71/180/28/pdf/n7118028.pdf?token=KXE4Ai6yaPLICJmABJ&fe=true>);

5.2.8. Note-se que a expressão não foi retida pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, instrumento convencional que recorreu à expressão “princípios gerais de direito reconhecidos pela comunidade de nações”, tendo ocorrido deliberada rejeição de proposta britânica de harmonização com o atual texto do artigo 38, parágrafo primeiro, alínea c) do Estatuto do TIJ e logo com a expressão “nações civilizadas”, por insistência do delegado soviético, de acordo com o qual mesmo a interpretação proposta pela França de que se trataria de termo conducente simplesmente às nações que tivessem um sistema jurídico funcional e totalmente desenvolvido – na prática, todos os Estados – não seria inteiramente satisfatória no sentido de afastar os resquícios coloniais da expressão (aceder à ata dos debates na página <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/nl3/158/18/pdf/nl315818.pdf?token=M1Aaw5DAOiyOHaJccW&fe=true>). E também não pelo Estatuto de Roma que criou o Tribunal Penal Internacional, o qual se refere no artigo 21, parágrafo primeiro, alínea c) aos “princípios gerais de direito (...) dos diversos sistemas jurídicos existentes (...)”;

5.2.9. Dito isto, não se pode deixar de atestar que o segmento “princípios gerais de Direito, reconhecidos pelas nações” continua nos livros, e em termos atualistas deverá

ser interpretado, como, de resto, promovido pela Comissão de Direito Internacional, a qual optou por utilizar a expressão “reconhecidos pelos Estados”, quando desenvolveu o seu trabalho a respeito dessa possível fonte do Direito Internacional.

5.3. Porém, resolvida esta questão preliminar e antes de discutir o preenchimento das respectivas condições de reconhecimento,

5.3.1. O modo como o arrazoadado é apresentado cria problemas ao Tribunal porque não se sabe se se está a referir a uma norma costumeira ordinária (“geral”), a uma norma imperativa de Direito Internacional Costumeiro (“comum”) ou aos tais princípios gerais de Direito reconhecidos pelas “nações civilizadas”;

5.3.2. Infelizmente para as pretensões do recorrente qualquer que seja a fonte do Direito Internacional para que esteja a remeter as suas pretensões sempre esbarram no mesmo problema. Tanto o princípio de direito internacional, quanto as normas costumeiras comuns (*jus dispositivus*) e as imperativas (*jus cogens*) para existirem devem ser reconhecidas pelos Estados, o que não só o recorrente não prova, como qualquer avaliação objetiva dificilmente pode sustentar.

5.4. Porque ao abrir-se a possibilidade de haver um princípio de Direito Internacional a reconhecer o duplo-grau de jurisdição em matéria civil, o que se constata que:

5.4.1. Ela não pode decorrer de uma ordem objetiva de valores, *qua jus naturale*, que se imporia aos Estados à margem da sua vontade, os quais são confrontados com uma imposição de aceitar uma norma putativa de base jusnaturalista, reforçada pelo anátema que implicitamente lhe seria lançado aos que não reconhecem certa norma de serem automaticamente nações “incivilizadas”. Porém, o Direito Internacional não é nenhuma ordem objetiva de valores objetivos da civilização. É, antes, uma ordem jurídica criada pelos Estados de acordo com sua vontade coletiva. Neste sentido, parafraseando o grande Hans Kelsen, ele pode ter qualquer conteúdo (*Teoria Pura do Direito*, João Baptista Machado (trad.), São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 221), seja ele, de um ponto de vista moral, “civilizado” ou não. De resto, as tentativas mais jusnaturalistas de formulação dos princípios gerais materializadas pelas propostas de ilustres académicos como Professor

De Lapradelle – cuja recomendação era que se inserisse segmento segundo o qual “o Tribunal deve julgar de acordo com o direito, a justiça e a equidade” – e o Barão Descamps feitas no quadro de processo de aprovação do Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, não tiveram maior seguimento.

Já que a construção avançada por este último de se incluir referência “[à]s regras de Direito Internacional reconhecidas pela consciência legal das nações civilizadas” foi rejeitada em benefício de uma fórmula mais voluntarista e soberanista defendida pelo estado-unidense Elihu Root expressa através do vocábulo do “reconhecimento pelas nações” (v. o debate em Advisory Committee of Experts-League of Nations, *Procès-Verbaux of the Proceedings of the Committee June 16th-July 24th 1920. With Annexes*, pp. 293-338). De modo ainda mais determinante, quando a questão foi discutida pelos próprios Estados-Membros, propostas de redação feitas pela França no sentido de se reter o segmento “princípios gerais de direito e de justiça” e da Grécia de se inserir a expressão “princípios gerais de direito e, com o consentimento das partes, de princípios gerais de justiça reconhecidos por nações civilizadas”, não foram avançadas em prol da manutenção da proposta elaborada por Root que consta da disposição ora em debate (*Documents concerning the action taken by the Council of the League of Nations under Article 14 of the Covenant*, s.l, League of Nations, 1920, p. 145; 157). Remetendo-se as entradas jusnaturalistas para o parágrafo segundo e para a fórmula da permissão do julgamento com base na equidade, condicionada à aceitação pelas partes do litígio (“se assim convierem”) (Ibid., p. 157).

Foi este o encaminhamento dado ao debate que se vinha travando desde a inserção de fórmula no artigo 7º da Convenção sobre o Estabelecimento de um Tribunal Internacional de Presas de 1907, de acordo com a qual, na ausência de estipulações convenções aplicáveis, seriam aplicáveis “as regras do Direito Internacional” (presume-se as costumeiras). Na ausência das mesmas, o Tribunal “decide com bases nos princípios gerais da justiça e da equidade” (v. texto completo e original em Dietrich Schindler/Jiri Toman (org.), *Droit des Conflits Armés*, Genève, CICR & Institut Henri Dunant, 1996, pp. 1141-1157, doc. 79), e que, de alguma forma, teve continuidade em diversas propostas surgidas no âmbito do processo que conduziu à elaboração dos Estatutos do TPJI. Nomeadamente, uma promovida pelos países escandinavos (Artigo 27: “Quando a questão de Direito submetida esteja regulada por uma convenção em vigor entre as duas

partes, esta convenção servirá de fundamento para o acórdão; na ausência de tais disposições, o Tribunal aplicará as regras de Direito Internacional em vigor; na ausência das regras gerais reconhecidas, o Tribunal fundamentará a sua decisão nos princípios gerais de Direito”); da Suíça (Artigo 42: “Um juiz chamado a apreciar um litígio nos termos deste Estatuto aplica prioritariamente os acordos existentes entre as partes. Na ausência desses acordos, ele fundamenta-se nos princípios dos Direitos das Nações. Se se referir a matéria não reconhecida de forma geral ou pelas partes, ele decide em conformidade com a justiça e a equidade”), e mais radical feitas pelas potências neutras (Artigo 2(2): 1. Sempre que uma questão de direito a ser decidida pelo Tribunal se encontra prevista, direta ou indiretamente por qualquer tratado em vigor entre as partes litigantes, tal tratado deverá ser a base do julgamento; 2. Na ausência de tais disposições convencionais, o Tribunal deve aplicar as regras reconhecidas pelo Direito Internacional, ou, se estas regras não existirem, deverá julgar em conformidade com a sua posição sobre como a regra de Direito Internacional deveria ser”), encontrando também alguma presença na proposta da Alemanha (Artigo 35: “O Tribunal de Justiça inspira-se para decidir nas convenções internacionais, dos usos do Direito Internacional e nos princípios gerais de direito e da equidade”);

5.4.2. Seja como for, o apelo aos princípios gerais de direito enquanto tal não parece ser muito lógico neste contexto por não se tratar da definição de normas para efeitos de aplicação na ordem jurídica-internacional, como decorre do artigo 38, parágrafo segundo, alínea c) do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, conforme tem considerando a prática internacional discutida recentemente pela Comissão de Direito Internacional, pelos tribunais internacionais e pela doutrina, mas que, ao revés, destinam-se a serem convocados para servirem de parâmetros de escrutínio de um Estado que tem os seus próprios princípios jurídicos. Neste contexto, os princípios gerais de direito só poderiam servir de base para a incorporação de norma internacional no ordenamento jurídico cabo-verdiano se esta, concomitantemente, assumisse natureza consuetudinária internacional;

5.4.3. E, mesmo que assim não fosse, o recorrente não apresentou a regra de reconhecimento do princípio geral de direito que, eventualmente, tenha alegado, tendo o Tribunal já considerado que elas não se podem impor objetivamente por inferência lógica de ordens internacionais objetivas suprajurídicas ou supraconstitucionais que não

resultem da vontade dos Estados ou de regras de reconhecimento por eles assentidas, ou que se imponham em relação à própria Constituição (*Acórdão 50/2022, de 22 de dezembro, Aniceto dos Santos v. TRS, sobre inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente do artigo 12 do CPP na exata aceção segundo a qual o juiz que aplica medida de coação de prisão preventiva não está impedido, no respetivo processo, de participar do julgamento do arguido*, Rel: JC Pina Delgado, 3.2.6);

5.4.4. Por conseguinte, mesmo um princípio geral de direito que viesse a integrar o Direito Internacional requereria o reconhecimento pela generalidade de Estados que compõem a Comunidade Internacional, através do seu direito interno, ou por meio da sua prática internacional. Como, aliás, tem sido proclamado pela Comissão de Direito Internacional no Projeto de Conclusão N. 2 referente ao *Projeto de Conclusões sobre os Princípios Gerais de Direito*, onde se consagra que “para um princípio geral de direito existir é necessário que seja reconhecido pela Comunidade de Nações”; no Projeto de Conclusão N. 3 que “os princípios compreendem os a) derivados dos sistemas jurídicos internos; b) os que podem ser encontrados no seio do sistema jurídico internacional”; Projeto de Conclusão N. 4, que “para se determinar a existência e conteúdo de um princípio geral de direito derivado dos sistemas jurídicos internos é necessário verificar a) a existência de um princípio comum dos vários sistemas jurídicos do Mundo; e b) a sua transposição para o sistema jurídico internacional”; no Projeto de Conclusão N. 5 que “1. Para determinar a existência de um princípio comum dos vários sistemas jurídicos do Mundo impõe-se uma análise comparativa. 2. A análise comparativa deve ser ampla e representativa, incluindo as diferentes regiões do Mundo. 3. A análise comparativa inclui uma avaliação dos direitos internos e das decisões dos tribunais domésticos, e outros materiais relevantes”;

5.4.5. Independentemente do resultado dessa empreitada de clarificação do estatuto do princípio geral de direito no Direito Internacional e da sua autoridade enquanto reflexo da prática dos Estados nesta matéria, o facto é que essas conclusões são lógicas quando à determinação dos princípios gerais de Direito. Conduzindo à necessidade de a parte que alega perante o Tribunal Constitucional a existência de um princípio geral de direito existente no sistema jurídico Global assumir o ónus de o provar, nomeadamente apresentando as evidências que corroborem que se trata de um princípio reconhecido por sistemas jurídicos internos, por meio de uma análise comparativa ampla e representativa.

Foi isso que foi sugerido pelo Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia na decisão Tadic, quando este órgão judicial *ad hoc* deixou lavrado que “a legislação e a jurisprudência nacionais não podem ser consideradas como fontes de princípios ou de regras internacionais debaixo da doutrina dos princípios gerais de direito reconhecidas pelas nações do Mundo; para que tal ancoragem [seja] possível, seria necessário demonstrar que a maior parte, se não todos, os países adotam a mesma noção (...). Especificamente, seria necessário demonstrar que, em qualquer circunstância, os maiores sistemas jurídicos do Mundo, adotam a mesma abordagem em relação a essa noção. O inquérito feito mostra que não é o caso (...)/ national legislation and case law cannot be relied upon as a source of international principles or rules, under the doctrine of the general principles of law recognised by the nations of the world: for this reliance to be permissible, it would be necessary to show that most, if not all, countries adopt the same notion (...). More specifically, it would be necessary to show that, in any case, the major legal systems of the world take the same approach to this notion. The above brief survey shows that this is not the case” (*The Prosecutor v. Dusko Tadic*, Case IT 94 1A, Appeals Chamber, Juízes M. Shahabudden; A. Cassese (Pres.); W. Tieda; R. Nieto-Navia; F. Mumba; ICTY Judgment of 15 July 1999, paragraph 225, disponível na base de dados <https://www.internationalcrimesdatabase.org/Case/79>);

5.4.6. Uma que considere a presença desse princípio nos sistemas jurídicos das diversas regiões e também nas grandes tradições jurídicas globais e seus desdobramentos, independentemente de ele ter sido estabelecido através de atos do poder constituinte ou ordinário ou de ter sido desenvolvido pretorianamente pelos tribunais; ou de, alternativamente, provar que ele se encontra no sistema jurídico internacional e é, como tal, reconhecidos pelos sujeitos que o integram, sobretudo pelos Estados.

5.5. A mesma orientação havia de ser seguida em relação à possibilidade de estar a arguir a existência de uma norma costumeira ordinária,

5.5.1. Pois esta depende da existência de uma prática concreta e consolidada e da convicção de que ela é obrigatória (*opinio juris*);

5.5.2. A qual deve ser provada por quem a invoca como o Tribunal já havia salientado, quando no *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do*

processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade, Alex Saab v. STJ, Red. JC José Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro, pp. 2508-2750, 3.2.9 B, articulou entendimento de que “o Tribunal Internacional de Justiça deixou assentada a doutrina decorrente da prática internacional e associada ao princípio geral de direito do *onus probandi actori incumbit* de que o ónus da prova incumbe a quem invoca a existência de uma norma costumeira internacional, que se aplica tanto às universais como às regionais. Na medida em que o número 1 do artigo 12 incorpora os regimes jurídicos costumeiros que vinculam internacionalmente o Estado de Cabo Verde fá-lo também em relação às normas processuais que regulam a sua invocação perante os tribunais. Portanto, cabe ao interveniente processual apresentar a prática e a *opinio juris* destinada a provar a existência de uma norma costumeira que invoca ou, pelo menos, indicar as autoridades judiciárias ou doutrinárias que indiretamente auxiliariam a determinar a existência dessa regra nos termos do representado pela alínea b) do número 1 do artigo 38 do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça e conforme proclamado recentemente pela Comissão de Direito Internacional (*Draft Conclusions on Identification of Customary International Law With Commentaries*, New York, ILC, 2018, Conclusion 3; Conclusions 13-14), para que a partir delas se verifique a prática e a *opinio juris* essenciais para a configuração de uma norma costumeira. Mas, mesmo que se possa ultrapassar o facto de o recorrente não ter feito a prova da prática e da *opinio juris*, como devia, para sustentar a existência de um costume internacional que alega com os contornos que pretende que tem, o Tribunal Constitucional não pode dar por justificada a ideia de que haveria uma norma costumeira internacional no sentido arguido. Admitindo-se que um padrão de tratados e de legislação interna (*Draft Conclusions on Identification of Customary International Law With Commentaries*, Conclusion 6.2), se possa extrair tanto uma prática, como, arguivelmente, uma *opinio juris*, (...)”.

5.6. Mais ainda se o que quer dizer é que se estará perante uma norma imperativa de Direito Internacional, porque neste caso:

5.6.1. Se a mera criação de uma norma costumeira ordinária já depende de uma prática reiterada de um volume expressivo dos membros da Comunidade Internacional – civilizados ou não! – o que não parece ser o caso, muito maior convergência se exige a

uma norma cogente. E se fosse, o recorrente não assumiu o ônus que lhe cabia, de provar a presença desse tipo de norma universal, tanto na sua dimensão objetiva (a sua generalidade decorrente do seu reconhecimento pela Comunidade Internacional), como subjetiva (a vontade dos Estados que a integram de criação de normas inderrogáveis, cuja revogabilidade é agravada);

5.6.2. Na medida em que, de forma cristalina, o segundo segmento do artigo 53 da Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados entre Estados – neste particular em consonância com o entendimento geral – dispõe que uma norma imperativa de Direito Internacional Geral seria “uma norma aceite e reconhecida pela comunidade internacional no seu todo como norma cuja derrogação não é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de Direito Internacional geral com a mesma natureza”;

5.6.3. Do que decorre que seria também necessário atestar a existência de uma norma que, primeiro, é aceite pela Comunidade Internacional no seu todo (elemento objetivo), e, segundo, que é marcada por uma intenção de ela ser inderrogável e de a sua modificação “só poder acontecer em situações especiais, isto é, por outra norma de Direito Internacional Geral com a mesma natureza” (elemento subjetivo);

5.6.4. Repare-se que o meritório labor recentemente empreendido pela Comissão de Direito Internacional somente logrou definir, ainda que num quadro de rol aberto, as seguintes normas imperativas: a) a proibição da agressão; b) a proibição do genocídio; c) a proibição de crimes contra a humanidade; d) as regras básicas do Direito Internacional Humanitário; e) a proibição da discriminação racial e do *apartheid*; f) a proibição da escravatura; g) a proibição da tortura; h) o direito à autodeterminação (*Draft Conclusion on Identification and Legal Consequences of Peremptory Norms of General International Law (Jus Cogens)*, artigo 23, Anexo. Dentre as quais não consta a que se refere o recorrente e distam substancialmente em grau de importância em relação à mesma.

5.7. Para estabelecer que a norma internacional que invoca fora reconhecida por sistemas jurídicos de direito interno, seria uma norma costumeira ordinária ou quiçá uma norma costumeira imperativa, o máximo que o recorrente faz é remeter para o ordenamento brasileiro. Porém, isso é claramente insuficiente, pois, mesmo que se aceitasse que nesse país existe uma regra a prever um duplo-grau de jurisdição em matéria civil independentemente do valor da causa, ele não representa todos os sistemas jurídicos

internos; não fala em nome das “nações”; nem muito menos a sua prática individual é suficiente para criar normas costumeiras universais com a natureza de um princípio jurídico-internacional, sejam elas ordinárias ou imperativas.

5.7.1. Sem se aceitar a ideia de que exista um princípio constitucional absoluto do duplo-grau de jurisdição reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro, haja em vista, por exemplo, o disposto na Lei 6.830/1980, que, no seu artigo 34 limita os recursos ordinários com a seguinte fórmula: “[d]as sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração”, pode-se até admitir que faça parte da tradição jurídica brasileira extensiva a outros países da América Latina, a não limitação do acesso a uma segunda instância em processos cíveis. Ocorre que não é absolutamente líquido se isso decorre de uma tradição jurídico-processual ou se de uma imposição constitucional assente na ideia de uma inafetabilidade de um putativo direito ao duplo-grau de jurisdição, até porque este, carecendo de qualquer referência constitucional explícita, vem sendo extraído doutrinária e pretorianamente do texto constitucional. Veja-se, por exemplo, o que nos diz um dos mais eminentes especialistas brasileiros de direitos fundamentais em relação à questão controvertida, Ingo Sarlett, “Valor da alçada e limitação do acesso ao duplo grau de jurisdição. Problematização em nível constitucional à luz de um conceito material de direitos fundamentais”, *Revista de Informação Legislativa*, a. 33, n. 131, 1996, pp. 5-30: “a fixação de um valor de alçada ou qualquer outro meio de limitação do acesso ao duplo grau de jurisdição ou mesmo a interposição de recursos para uma instância superior não conduz necessariamente à inconstitucionalidade, desde que respeitado o princípio da proporcionalidade (...)” (p. 29), ou o que verbaliza um eminente processualista daquele país – Nelson Nery Júnior, *Princípios Fundamentais – Teoria Geral dos Recursos*, 4. ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997, pp. 39-40, ao sustentar que “muito embora o princípio do duplo grau de jurisdição [estar] previsto pela CF, não tem incidência ilimitada, como ocorria no sistema da Constituição Imperial. (...). Entretanto, compete ao legislador infraconstitucional tornar efetiva aquela regra maior, de sorte a imprimir operatividade ao princípio do duplo grau. Aí a razão pela qual existem algumas leis que restringem o cabimento de recursos, não devendo, contudo, ser consideradas inconstitucionais”. Mesmo a doutrina que acolhe de forma mais entusiástica o princípio do duplo grau de jurisdição como uma garantia, como a esposada por José Miguel Garcia

Medina, *Direito Processual Civil Moderno*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015, pp.1163-1164, ao formular entendimento de que seriam contrárias ao princípio, “as decisões judiciais que, sem amparo legal expresse, suprimam a possibilidade de duplo exame, por órgãos jurisdicionais hierarquicamente distintos”, parece admitir que o legislador ordinário poderá restringir a garantia desde que o faça através de norma expressa;

5.7.2. Tradição esta que, no entanto, com a exceção do eixo Franco-Italiano nunca se chegou a projetar sobre todo o Globo ao ponto de sustentar uma norma costumeira universal. Desde logo porque no Direito da *Common Law* não existe propriamente um direito ao recurso, estando este dependente de uma decisão discricionária de um tribunal superior quanto à viabilidade e o interesse do objeto do mesmo, que se traduz na emissão de um *leave to appeal*, uma licença para recorrer. Sintomática é a redação do artigo 52 (6) da parte 52 das Regras de Processo Civil (texto disponível na página <https://www.justice.gov.uk/courts/procedure-rules/civil/rules/part52>), nos termos do qual ela só é concedida “se o tribunal considerar que o recurso terá hipóteses reais de sucesso ou existe outra razão persuasiva para que seja conhecido”. Destarte, excluindo não só o direito inglês, como muitos dos ordenamentos jurídicos que, por motivos coloniais, foram por ele influenciados. Por isso, como notado por diversos académicos, acolhendo um paradigma diferente que não reconhece, de todo, um direito absoluto ao duplo-grau de jurisdição, na medida em que “após a prolação da sentença, não é certo que a parte prejudicada pela decisão possa receber um segundo julgamento” (Ricardo de Carvalho Apprigliano, “O princípio do duplo-grau de jurisdição nos sistemas da *Common Law* e *Civil Law*: uma breve comparação” in: Milton Paulo de Carvalho (org.), *Direito Processual Civil*, São Paulo, Quartier Latin, 2007, p. 335);

5.7.3. E também porque, em específico, o direito processual civil alemão que exerce influência direta sobre muitos ordenamento do centro, leste e sul da Europa desde há muito integrou entre o seu sistema de filtros recursais o valor da causa, fixando neste momento o seu Código de Processo Civil no artigo 511, parágrafo segundo, dispõe, na parte relevante, que “a apelação só é admissível quando o valor da causa for superior a 600 euros/Die Berufung ist nur zulässig, wenn der Wert des Beschwerdegegenstandes 600 Euro übersteigt (...)”. Solução justificada por Othmar Jauernig, *Direito Processual Civil*, trad., Coimbra, Almedina, 2002, p. 362, pelo facto de “o Estado dever ter em

atenção que o dispêndio da intervenção judicial e as custas atinjam uma relação adequada à importância do litígio”, não se exigindo que ele “ponha à disposição várias instâncias mesmo para bagatelas”;

5.7.4. A tradição portuguesa nesta matéria é evidente, mantendo ancestralmente o valor da causa como critério de recorribilidade das decisões, neste particular seguindo tradição histórica secular, conforme disposto nas Ordenações do Reino e nos seus códigos de processo civil do Século XIX e do período do Estado Novo.

A – Repare-se que, respetivamente, as *Ordenações Afonsinas* (Lisboa, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 316, previam no Livro III, Título LXXXI (Dos que nom devem ser recebidos a apelar), Item 3, primeiro segmento que “Nom poderá apelar aquelle, que he condenado em tam pequena quantidade, que nam chega ao valor de dez mil e quinhentas libras da moeda que ao prezente corre; (...)”; as *Ordenações Manuelinas* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 239), no Livro III, Título LXIII (Dos que nom devem ser recebidos a apelar), Item 3, que “nom poderá apelar, aquelle que he condenado em tam pequena quantidade que non passa de mil reaes”; e as *Ordenações Filipinas* (Lisboa, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1985), no Livro III, Título LXXIX (Dos que não são recebidos a apelar), *caput*, que “Não póde apelar o que he condenado na quantia, que cabe na alçada do Julgador” (p. 690) e o Título LXX, parágrafo sexto que “[e] será recebida a apelação e atempada, quando a quantia demandada, ou a valia da cousa, sem as custas do feito, passar da alçada, que tiver o Juiz, que a sentença deu. E sendo a demanda sobre cousa, ou quantia, que caiba em sua alçada, não poderá a parte appellar, nem os superiores tomarão della conhecimento, salvo (...) (p. 679).

B – O Código Novecentista português, datado de 1876, embora adotando filosofia distinta, não deixou de incluir norma segundo a qual “Nas causas de que tracta o artigo 42.º e nas do valor excedente a 50\$000 réis em bens mobiliarios ou 30\$000 réis em bens immobiliarios, e nas de competencia dos juizes ordinarios, o recurso de appellação compete (...)” (artigo 993), dispondo conjugadamente o artigo 37 que “a alçada dos juizes de direito é de 50\$000 réis nas causas sobre bens mobiliarios e de 30\$000 réis nas causas sobre bens immobiliarios” (*Código de Processo Civil*, Lisboa, Typographia Universal, 1876); segundo um importante e insuspeito comentário, “para fixar as alçadas tomou a lei por base quantias que pela sua pequena importância não valesse a pena levar aos

tribunais superiores” (José Dias Ferreira, *Código de Processo Civil Annotado*, Lisboa, Typographia Lisbonsee, 1887, t. I, p. 83), o mesmo ocorrendo com o *Código de Processo Civil* de 1939, publicado no *Diário de Governo*, I Série, N. 123, de 28 de maio de 1939, pp. 419-548, o qual, no artigo 678, acolheu entendimento de que “[s]ó admitem recurso ordinário as decisões proferidas em causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre” e com o *Código de Processo Civil* de 1961, publicado no *Diário de Governo*, I Série, N. 299, de 28 de dezembro de 1961, pp. 1783-1962, que manteve a mesma redação, também num artigo numerado como 678, parágrafo primeiro.

C – Não sofreu alteração com os Decreto-Lei N. 329-A95, de 12 de dezembro e N. 180/96, de 25 de setembro (reproduzidos em *Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 1997, p. 27 e ss) e a versão originária do Código de Processo Civil português datado de 2013 (publicado no *Diário da República*, I Série, N. 212, 23 de julho de 2013, pp. 3518-3665), neste momento em vigor, mantém a mesma orientação, posto dispor, no artigo 629, que “o recurso ordinário só é admissível quando a causa tenha valor superior à alçada do tribunal de que se recorre e a decisão impugnada seja desfavorável ao recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal (...)”, a qual se mantém neste segmento mesmo depois das sucessivas revisões a essa disposição;

D – Nesse país, nem mesmo em sede de reforma se tem cogitado abandonar o critério do valor da causa para aceder aos tribunais superiores. Pelo contrário, o que se tem discutido é a fixação do valor alçadas e na perspetiva do seu aumento (v. *Reforma dos Recursos em Processo Civil. Trabalhos Preparatórios*, Coimbra, Almedina, 2008, *passim*);

E – Além disso, não só a doutrina tem entendimento que tal solução não é desconforme à Lei Fundamental desse país (António Santos Abrantes Geraldès et al., *Código de Processo Civil Anotado*, 2. ed., Coimbra, Almedina, 2020, p.779; Fernando Amâncio Ferreira, *Manual dos Recursos em Processo Civil*, 9. ed., Coimbra, Almedina, 2009, p. 114, nota 199; Armindo Ribeiro Mendes, *Recursos em Processo Civil*, 2. Ed, Lisboa, Lex, 1994, pp. 101-102), como também o próprio Tribunal Constitucional português afastou a tese da inconstitucionalidade dessa solução, quando, através do Acórdão 163/90, de 23 de maio, assentou que “o artigo 678.º, n.º 1, do Código de Processo Civil — na parte em que vincula o direito de recurso ao facto de a decisão recorrida ter sido proferida em acção (cível) cujo valor exceda a alçada do tribunal que a proferiu —

não é inconstitucional, já que não viola o direito de acesso aos tribunais (artigo 20.º, n.º 1, da Constituição), nem o princípio da igualdade (artigo 13.º), nem o princípio do Estado de direito democrático (artigo 2.º)” (v. inteiro teor da decisão na página oficial desse Tribunal – <https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19900163.html> – e um resumo em *Acórdãos do Tribunal Constitucional*, Lisboa, TC, 1990, v. 16, pp. 40-41);

5.7.7. Não é assim desprovido de sentido que a Secção 3, Regra 166, do Código Modelo de Processo Civil Europeu elaborado pela UNIDROIT e pelo Instituto Jurídico Europeu, disponível em <https://www.unidroit.org/english/principles/civilprocedure/eli-unidroit-rules/200925-eli-unidroit-rules-e.pdf>, tenha proposto solução comum no sentido de que “uma parte tem um direito de apelar contra uma decisão de primeira instância se o valor da demanda objeto da apelação exceder em termos de sucumbência (...) por exemplo o dobro do salário mínimo médio do Estado/ (1) A party has a right to appeal against a first instance judgment if (a) the value of the appealed claim exceeds [the value of the appealed claim as determined by applicable law, for instance twice the average monthly wage in the forum State]”. Com a justificação de que “um equilíbrio deve ser arbitrado entre os interesses públicos e privados em relação ao direito de apelar de uma decisão, o princípio da finalidade da realização da justiça em tempo razoável e os custos para as partes e para o Estado. Se houvesse um direito ilimitado à apelação esse equilíbrio não podia ser promovido efetivamente/A balance must be struck between the private and public interest in the right to appeal from a decision, the principle of finality of justice in a reasonable time and cost to both the parties and the State. If there was unrestricted access to the appellate process that balance would not be struck effectively”. Daí prever um direito de recurso, mas de “decisões de valor financeiro significativo”;

5.7.5. Nos demais países africanos de língua portuguesa, estando em vigor versões revistas do Código de Processo Civil português de 1961, a solução neste particular não é diferente, estando ainda em vigor o artigo 678, parágrafo primeiro; Timor Leste aprovou um Código de Processo Civil depois da sua independência, mas o artigo 428 desse diploma reflete igual tendência ao prescrever que “só é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do Tribunal de que se recorre (...)”;

5.7.6. Por conseguinte à única conclusão possível é que inexiste qualquer uniformidade ou sequer convergência que pudesse conduzir à ideia de que as “nações civilizadas” que integram a Comunidade Internacional acolhem sistemas em que o

recurso para uma segunda instância não pudesse ser condicionado por critérios financeiros, nomeadamente assentes no valor da causa.

5.8. Portanto, está-se perante cenário em que não há reconhecimento nem prática suficiente de direito interno que pudesse sustentar a existência de um princípio geral de direito universalmente reconhecido ou de normas costumeiras internacionais, sejam elas ordinárias ou imperativas, do qual resultasse obrigação de os Estados preverem no seu ordenamento jurídico interno um direito ao duplo-grau de jurisdição em matéria civil, impassível de ser condicionado por razões de índole financeira. O máximo que o Direito Internacional consuetudinário contempla neste particular é considerar uma norma que impede a denegação de justiça a estrangeiros nos tribunais internos (por exemplo, Jarrod Hepburn, “The International Extension of Denial of Justice”, *The Modern Law Review*, v. 85, n. 6, 2022, pp. 1357-1386), o que está muito longe de acontecer neste caso. Não só por não se tratar de estrangeiro, mas porque, mesmo que fosse, pôde aceder aos tribunais cabo-verdianos, ainda que a uma única jurisdição ordinária e ao Tribunal Constitucional.

5.9. Nem a este propósito pode-se arregimentar qualquer efeito – nomeadamente de incorporação no direito interno – gerado de um eventual direito fundamental ao recurso em domínios não-sancionatórios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, constitucionalizada para efeitos de interpretação e integração de normas de direitos fundamentais pela Constituição por via do número 3 do artigo 17, do Pacto dos Direitos Civis e Políticos ou da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que poderiam conter normas nesta matéria que vinculam o Estado de Cabo Verde.

5.9.1. O primeiro destes instrumentos, em nenhum dos artigos que tratam das questões de acesso a tribunais e dos seus corolários, nomeadamente as disposições constantes dos artigos 8, 10 e 11, se menciona o direito ao recurso. Não o faz em relação ao processo criminal e muito menos em relação ao processo civil;

5.9.2. Já o Pacto consigna o direito de recurso, mas especificando no número 5 do seu artigo 14 que o mesmo tem aplicação somente no processo criminal, quando determinada pessoa tenha sido considerada culpada da prática de um delito;

5.9.3. A Carta, à semelhança da Declaração, também não tem nenhuma referência ao direito de recurso, nem sequer em processo penal;

5.9.4. Assim sendo, nada parece sugerir que decorra dos instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos uma obrigação dos Estados-Membros reconhecerem um duplo-grau de jurisdição em matéria civil.

6. Terceiro, caso tenha havido essa indicação de uma norma e esta remeta a questão de inconstitucionalidade, direta ou indireta, deve-se atestar se a sua inconstitucionalidade foi suscitada de forma processualmente adequada durante o processo como decorre do número 2 do artigo 76 e na parte final da alínea b) do número 1 do artigo 77 da Lei do Tribunal Constitucional.

6.1. O que significa que deve ser invocada na primeira oportunidade processual que se tenha apresentado ao recorrente (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, 1.7; *Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada]*, Rel: JP Pinto Semedo, 8; *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 3.1.3), que ele o tenha feito de forma consistente, não abandonando as suas questões de constitucionalidade nem titubeando em relação às mesmas e que, por fim, tenha colocado a questão de constitucionalidade ou de desconformidade com o Direito Internacional de forma expressa de modo que o tribunal recorrido a pudesse reconhecer e apreciar (*Ibid.*, 3.1.3).

6.2. Portanto, exigindo-se que se o faça da forma a mais clara possível e que seja processualmente adequada. Assim, se assegurando que as questões de constitucionalidade são legítimas e não um recurso procrastinatório de última hora para adiar a produção de efeitos da decisão judicial, e que, a menos que se revele impossível de um ponto de vista processual, os tribunais judiciais, que também são órgãos incumbidos de proteger a Constituição de forma difusa, devendo recusar a aplicação de normas inconstitucionais, tenham a oportunidade de apreciar tais questões de constitucionalidade antes de se poder recorrer ao Tribunal Constitucional (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre*

a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral, Rel: JC Pina Delgado, 2.1.6; *Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, 1.7; *Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada]*, Rel: JP Pinto Semedo, 5.3; *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 3.1.3).

6.3. Analisados os autos do processo principal verifica-se a f. 7 dos autos que o recorrente suscitou a questão da constitucionalidade do número 1 do artigo 587 na sua reclamação que dirigiu à Suprema Corte de Justiça contra o despacho que indeferiu o seu recurso ordinário com o fundamento de que o valor da causa seria inferior à alçada do tribunal recorrido e que terá aplicado a norma ora desafiada, arregimentando argumentação muito próxima à esposada no presente recurso.

7. Tanto assim é que, quarto, na sua douta decisão, o Presidente do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, dialogou com a argumentação do recorrente de que haveria um direito subjetivo ao duplo-grau de jurisdição, para o efeito remetendo para doutrina e jurisprudência constitucional estrangeiras, considerando-as “transponíveis para o nosso ordenamento jurídico” acrescentando ao “que a jurisprudência nacional tem sustentado”. Negando, por essa razão, provimento à reclamação.

8. Por fim, em relação às demais condições, o Tribunal Constitucional considera que:

8.1. A questão de fundo colocada não pode ser considerada como manifestamente infundada ao ponto de o Coletivo, a partir de um mero relance, poder concluir pela improcedência do recurso.

8.2. É facto que não se encontra no acervo jurisprudencial da jurisdição constitucional cabo-verdiana decisão que permitisse antecipar o julgamento da lide para fase de admissibilidade de forma contrária aos interesses do recorrente.

8.3. Uma decisão positiva de inconstitucionalidade teria potencial para repercutir no processo principal, podendo, no limite, conduzir a um dever de o Tribunal ter de reformar a sua douda decisão no sentido de determinar a repetição do julgamento do recorrente por impedimento de juiz que integrou o coletivo.

9. Por esses motivos, o Tribunal entende que estão reunidas todas as condições para apreciar e responder à questão do recorrente de se saber se a primeira parte do parágrafo primeiro do artigo 587 do Código de Processo Civil, na medida em que, ao considerar impassíveis de admissão recursos ordinários das causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal, seria, em si, inconstitucional por ser desconforme ao princípio do acesso à justiça, à garantia ao processo justo e equitativo e ao princípio da igualdade reconhecidos pelos artigos 22, número 1, e 24 da Constituição.

9.1. O artigo tem a seguinte formulação legal: “[s]ó é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal. Em caso, porém, de fundada dúvida acerca do valor da sucumbência, atende-se unicamente ao valor da causa”, consagrando uma limitação material ao recurso ordinário em matéria de processo civil, só o admitindo se algumas condições relacionadas à alçada dos tribunais estiverem preenchidas, através de um comando legal dividido em três partes:

9.1.1. A primeira parte estabelece a norma de acordo com a qual, em princípio, só se admite o recurso em cada tribunal da jurisdição ordinária se o valor da causa for superior à sua alçada, não o admitindo em caso contrário;

9.1.2. A segunda parte parece inferir que, mesmo nos casos em que o valor da causa for superior à alçada do tribunal, o recurso só é admitido se a decisão impugnada for desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada do tribunal que decidiu a causa;

9.1.3. A terceira parte da disposição legal – que não tem relevância para este caso – também só tem aplicação nos casos em que o valor da causa seja superior à alçada do tribunal, mas existam dúvida quanto ao valor da sucumbência, situação em que se atende unicamente ao valor da causa;

9.1.4. Somente a primeira parte da disposição legal foi constitucionalmente contestada pelo recorrente e só ela deverá ser escrutinada pelo Tribunal.

9.2. O recorrente indica alguma dessas normas e os respectivos fundamentos. Argumenta que ela “viola” o direito de acesso à justiça, previsto pelo número 1 do artigo 22 da Constituição e o Direito Internacional Geral e Comum, previsto pelo número 1 do artigo 12 da Lei Suprema, este, como tal, já descartado na fase de admissibilidade por esta Corte Constitucional. Como, todavia, nos termos do número 2 do artigo 62 da Lei de Organização e Funcionamento do Tribunal Constitucional que estipula que este pode declarar a inconstitucionalidade ou a ilegalidade de normas cuja apreciação tenha sido requerida “com fundamento em violação de normas ou princípios constitucionais diversos daqueles cuja violação foi invocada”, este Coletivo não fica necessariamente vinculado aos fundamentos e normas indicadas pelo recorrente, podendo conduzir a análise da questão tendo em conta outros argumentos ou disposições constitucionais não apontadas. Portanto, mesclando os fundamentos apresentados pelo recorrente com outros inventariados pelo Tribunal, resulta que para que a norma impugnada seja inconstitucional se deverá assegurar duas premissas de base:

9.2.1. Primeiro, a de que existe um direito fundamental de recurso em direito processual civil e não um mero direito ordinário, ou porque expressamente previsto pelo legislador constituinte ou porque passível de ser inferido do princípio de acesso à justiça e seu corolário direito à tutela jurisdicional efetiva ou outro princípio constitucional qualquer, nomeadamente o princípio do Estado de Direito; ou então, mesmo que não exista um direito fundamental com essa configuração, que exista um princípio constitucional objetivo que imponha a existência de um sistema de recurso em processo civil; sendo assim, portanto em caso de resposta positiva à existência de um parâmetro com esse teor, avaliar se a afetação imposta ao direito ou ao princípio objetivo pelo número 1 do artigo 587 do CPC, seria inconstitucional, na medida em que se limitasse expressamente o recurso ordinário em algumas situações;

9.2.2. A possibilidade de ela gerar incompatibilidade com o princípio/garantia à igualdade/ a não se ser discriminado por motivos económicos.

10. Note-se, desde logo, que o recorrente não ataca expressamente o valor que foi fixado para as alçadas por entender que é incompatível com a Constituição, por exemplo por afetar excessivamente esse direito ao recurso. Antes, desafia o próprio instituto, questionando a legitimidade constitucional de uma norma que limita o direito de recurso em matéria cível por motivos económicos assentes no valor da causa. Por isso, em relação ao primeiro segmento, é relevante seguir por um inquérito em quatro etapas tendente a averiguar, num primeiro momento, a existência da posição jurídica que é invocada pelo recorrente e que se materializa no reconhecimento de um duplo-grau de jurisdição em matéria civil, impassível de ser condicionado pelo estabelecimento de alçadas, portanto, de prerrogativas de julgamento de tribunais sem possibilidade de recurso ordinário. Tais etapas seriam as de verificar se, a) a Constituição reconhece expressamente um direito ao recurso; b) se tal direito resulta da incorporação de norma prevista em tratados ou leis ordinárias, nos termos do artigo 17, parágrafo primeiro, da Lei Fundamental; c) se ele pode ser inferido do invocado direito de acesso à justiça ou de princípio geral a ele associado, como a garantia de tutela jurisdicional efetiva; d) ou, alternativamente, da configuração constitucional e legal da organização dos tribunais e do seu papel.

10. 1. Em relação à previsão expressa de um direito de recurso em matéria cível,

10.1.1. Aqui o problema é complexo, na medida em que existem contra-argumentos importantes à tese do recorrente importantes que não podem ser ignorados. Primeiro, porque resulta logo à primeira vista o simples facto de que o legislador constitucional não previu expressamente qualquer garantia de recurso em processo civil. Por conseguinte, a resposta à questão é, obviamente, negativa. Precisamente porque não existe nenhuma norma constitucional expressa que consagre o direito de recurso em processo civil, não encontrando na disposição relevante – o artigo 22 da Constituição da República – nenhuma expressão que possa expressamente sustentar tal hipótese, limitando-se o mesmo, no seu parágrafo primeiro, a dispor que “a todos é garantido o direito de acesso à justiça e de obter, em prazo razoável e mediante processo justo equitativo, a tutela dos seus direitos e interesses legalmente protegidos”;

10.1.2. As únicas referências a este direito são, respetivamente, as que resultam do número 7 do artigo 35 da Magna Carta, referindo expressamente aos processos sancionatórios, categoria em que o processo civil não se integra, e a do número 6 do artigo 211 da Lei Fundamental, que remete para a recorribilidade de qualquer decisão dos tribunais sobre a liberdade pessoal “por violação de lei”, o que, também por motivos evidentes, não cuida de abarcar a matéria em pauta neste recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade;

10.1.3. Aliás, estas opções do legislador constituinte ao não preverem expressamente esse direito em matéria cível e ao mencionarem de forma cristalina a sua existência em matéria criminal e sancionatória depõem fortemente contra qualquer conclusão de que haveria vontade não manifestada de a considerar, parecendo, outrossim, dentro de certos limites, querer remeter tal decisão para a apreciação do legislador ordinário. E, isto, mesmo tendo em conta que teve a oportunidade de o fazer concretamente, na revisão constitucional de 2010, quando sentiu a necessidade de se estender a garantia de recurso aos outros processos sancionatórios, pois até esta data apenas a reconhecia expressamente relativamente ao processo criminal. Mas, ainda que assim tenha procedido, não se referiu em nenhum momento à possibilidade de o fazer também em relação ao processo civil, tudo indicando que tal seria uma manifestação deliberada da sua intenção relativamente a esta matéria. Por razões compreensíveis, haja em vista que questões de direito privado de natureza patrimonial, às quais se atrela o processo civil instrumentalmente, remetem a negócios jurídicos entre particulares, marcados por uma grande autonomia, e, a despeito da constitucionalização relativa desse ramo, nem sempre se reconduzem a domínios que, de forma direta, relevem para a ordem pública nacional, ou para direitos pessoais de outra natureza. Nesta conformidade, em princípio, o legislador ordinário não teria de considerar um direito específico ao recurso em matéria cível quanto ponderasse se e como deverá construir o regime infraconstitucional de reações processuais ordinárias a decisões judiciais, nomeadamente se as contempla ou não, em que medida e debaixo de que condições;

10.1.4. O que não significa, entretanto, que esse direito ou a posição jurídica invocada pelo recorrente não possam ser depreendidos de outros fundamentos ou princípios constitucionais, do direito de acesso à justiça/proteção judiciária, nomeadamente a tutela jurisdicional efetiva, e ao princípio do Estado de Direito. Pois,

este Tribunal não endossa o entendimento de que este facto seja por si só conclusivo de que inexistente tal posição jurídica enquanto direito fundamental, pois já admitiu em mais do que uma situação a possibilidade de reconhecimento de direitos ou princípios constitucionais não reconhecidos expressamente pelo texto constitucional, como aconteceu, por exemplo, com o princípio da proteção da confiança (*Acórdão 24/2016, de 20 de outubro, Fiscalização Abstrata Sucessiva do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, nº 61, de 2 de novembro de 2016, pp. 2033-2054 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. II, Praia, INCV, 2017 (2016), pp. 17-82, salientando que “[é] manifesto que existem normas fundamentais que não são apresentadas de forma explícita pela Constituição até porque muitas vezes são desdobramentos de outros enunciados deontológicos relativamente abertos que albergam no seu seio várias dimensões que se espraiam sobre o ordenamento jurídico. Neste caso, cabe ao Tribunal encontrá-las” (5.2));

10.1.5. Aliás, reconheceu-o, mesmo em situação em que o direito ao recurso estava em causa, pelo menos indiretamente, asseverando que, embora a Constituição – antes da revisão de 2010 – não se referia expressamente os direitos de defesa e de audiência em processos sancionatórios, onde se inclui naturalmente o direito ao recurso, que não fossem o processo criminal, esses direitos deveriam ser reconhecidos enquanto garantias constitucionais em todos os processos do tipo, nomeadamente no processo disciplinar a que a decisão que avaliou a questão se referia (*Acórdão 10/2018, 3 de maio, Joaquim Wenceslau v. STJ*, Rel: JP Pinto Semedo, *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 869-884, 1.5, tendo o retomado no caso *BASTA*, decidido pelo *Acórdão nº 38/2019, de 19 de novembro, BASTA v. CNE*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 14 de janeiro de 2020, pp. 88-106), ancorando-se na cláusula de abertura e na natureza sancionatória desses processos;

10.1.6. O que o Tribunal sustentou neste particular é que a fundamentação com vista ao reconhecimento de eventual direito ou princípio constitucional sem consagração expressa na Lei Fundamental tem que ser levado a cabo com maior intensidade. Sopesando com o máximo de cuidado possível os argumentos a favor e contra, com vista a precisar de forma mais objetiva possível a existência ou não de determinada posição jurídica ou princípio fundamentais. Como se deixou lavrado numa decisão anterior, “não

deixa de ser requisito decisório que, nos casos em que um princípio constitucional não tiver sido explicitado pelo legislador constituinte, as cautelas do julgador em convocá-lo devem ser maiores e o ónus de fundamentação mais denso, nomeadamente para que, por um lado, a sua vontade seja respeitada, e para que, por outro, os parâmetros usados no reconhecimento sejam transparentes e facilitadores do seu acompanhamento e escrutínio externos”(…), posto que “[e]m questões como estas, pior do que deixar sem cobertura uma determinada questão, por falta de norma constitucional, é o julgador inventar princípios por terem sido aplicados por tribunais estrangeiros, por terem sido mencionados como tais pela doutrina ou por estarem em voga, violando, deste modo, o princípio da soberania do Estado e o princípio da soberania popular” (*Acórdão 24/2016, de 20 de outubro de 2016, Proferido nos Autos de Fiscalização Sucessiva de Constitucionalidade nº 2/2015, Concernente à Constitucionalidade da Norma Revogatória da Lei de Aprovação do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público, na Parte em que tem como efeito Impedir o Reconhecimento da Possibilidade de Ascensão ao Topo da Carreira de Magistrado do MP que Desempenharam funções como PGR e PGAs*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 61, 2 de novembro de 2016, pp. 2033-2054, 5.2).

10.2. A hipótese é de esse direito poder ser inferido de um valor constitucional ou de um princípio geral consagrado na Lei Fundamental deve ser colocada. A primeira possibilidade é de ele ser inferido do direito geral de acesso à justiça, especificamente do direito à tutela jurisdicional efetiva, ou do princípio do Estado de Direito, considerando que o facto de não haver consagração expressa no texto constitucional, obriga o Tribunal, antes de concluir pela negativa, a proceder a essa averiguação. Até porque, no entender do recorrente, a norma desafiada “viola” o direito de acesso à justiça ao impedir que se tenha acesso a mais um grau de jurisdição, pois deste direito, conforme fundamenta, decorreria posição jurídica de se sempre se poder recorrer das decisões em matéria civil independentemente do valor da causa, pelo que haveria um direito ao duplo grau de jurisdição. Contudo, não é em nada evidente que o direito de acesso à justiça, mesmo na sua vertente de tutela jurisdicional efetiva, ou o princípio do Estado de Direito implicassem necessariamente na existência de um direito a um duplo grau de jurisdição em matéria civil.

10.2.1. O tribunal já tratou em algumas situações do direito de acesso à justiça/proteção judiciária reconhecendo-as a qualidade análoga a direitos, liberdades e garantias ou pelo menos estendendo-lhes a proteção que a Constituição reserva a estes direitos;

10.2.2. O direito é importante e fundamenta, direta ou indiretamente, vários direitos, liberdades e garantias, inclusive, como o Tribunal já considerou, indiretamente o próprio direito ao recurso em processo criminal e nos outros processos sancionatórios, na medida em que este é um corolário importante dos direitos à defesa dos arguidos. Assim, aqui o direito ao recurso seria mais um corolário do direito geral de proteção judiciária e do direito à tutela jurisdicional efetiva;

10.2.3. Todavia o processo civil, pela natureza das coisas, não funciona da mesma forma, pois não existe um direito de defesa dos réus ou autores com a mesma intensidade que marca o processo penal. Naquele, o acesso à justiça determina a existência de jurisdição com vista a resolver conflitos jurídico-privados, garante condições igualitárias de acesso a todos os indivíduos e o processo equitativo, por esta forma a tutela efetiva dos direitos e interesses dos particulares, mas não parece necessariamente que ele esteja constitucionalmente obrigado a reconhecer a existência de um direito de recurso ou de um duplo grau de jurisdição por si só nesta seara. A razão de ser desta opção é que o processo penal e também os outros processos sancionatórios incidem com maior intensidade sobre os direitos fundamentais dos indivíduos, especialmente com os direitos, liberdades e garantias, em que o Estado aparece utilizando a sua prerrogativa de punir, pelo que as rédeas devem ser mais apertadas e não é razoável que se preveja apenas um grau de jurisdição para se decidir sobre o destino dos julgados;

10.2.4. Algumas vantagens do direito de recurso, em processos sancionatórios, que se estendem à ideia de recurso em si, nomeadamente ligadas à segurança de uma decisão tomada, em princípio, por um órgão colegial e mais experiente, já haviam sido afloradas pelo Tribunal em pronunciamento que verteu para o *Acórdão 20/2019, de 30 de maio, Edílio Ribeiro da Cruz v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por intempestividade*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, 22 de julho de 2019, pp. 1214-1223, 2.5.6.), no sentido “que desde há muito tempo está ligado à essência do direito ao recurso, além do controle de qualidade por parte do tribunal superior, da confiabilidade e segurança do sistema e, em princípio

da maior experiência dos juízes das instâncias superiores, a existência de uma decisão tomada por um órgão colegial, ancorada naquele velho brocardo de que “duas cabeças pensam melhor do que uma”, portanto ancorando-se no pressuposto de que a pluralidade gera, por meio do processo deliberativo dos tribunais coletivos, e da complementaridade decorrente da apreciação dialógica feita neste caso por um conjunto de juízes. Não se pode, portanto, negar que a ideia de que quando se recorre de uma decisão a causa vai ser reavaliada por um órgão coletivo está intimamente ligada à garantia de recurso”;

10.2.5. Portanto, a existência de um direito de recurso em processo criminal e nos outros processos sancionatórios é mais evidente, pois intimamente ligada aos direitos de defesa nesses processos, que por sua vez são decorrência expressa do direito à liberdade sobre o corpo ou a outros bens jurídicos ou situações que o legislador constituinte considerou dignos de proteção análoga, o que não fez em relação ao acesso à justiça cível que, enquanto direito, projeta apenas posições jurídicas de aceder a um único grau de jurisdição ordinária, o que, no caso concreto, foi plenamente satisfeito.

10.3. E, mesmo nas situações em que, em direito processual civil, estejam em causa direitos, liberdades e garantias, situação fática perfeitamente possível, não parece à Corte Constitucional que haja uma imposição constitucional ao legislador ordinário de garantir um direito fundamental de recurso, embora, tendo em conta o próprio sistema de organização judiciária do país e o modelo de carreira, haja consciência de que tais causas em determinadas comarcas poderão ser julgadas monocraticamente por juízes recém-ingressados na magistratura, o que, a juntar à deficiente cultura prática de proteção dos direitos fundamentais que ainda marca a experiência jurídica nacional, disso possam decorrer determinadas distorções. Porém, mesmo estas, quando atingem um determinado patamar de gravidade, não permitindo recurso ordinários dada a inexistência de mais um grau jurisdicional, sempre habilitaria o titular do direito a aceder diretamente ao Tribunal Constitucional para obter a tutela que julgue merecer através de um recurso de amparo ou de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade.

10.4. De igual modo, por estes mesmos motivos, não parece, por si só, o princípio do Estado de Direito impusesse regra ao legislador ordinário, contanto que a proteção constitucional, através dos mecanismos processuais previstos, seja por ele garantida.

10.4.1. Decorrendo do princípio do Estado de Direito que todos os poderes públicos são exercidos com base numa determinação ou numa habilitação constitucional ou legal, por si só a não-previsão de um duplo grau de jurisdição em matéria civil e ele não seria desconforme, na medida em que decorrente diretamente de um condicionamento claramente estabelecido pela lei, precisamente a norma desafiada nesses autos. Neste sentido, integrando os seus corolários de legalidade, generalidade e abstração, clareza e previsibilidade. Logo, a partir do momento em que a norma foi construída com essas características, aprovada e comunicada todos os jurisdicionados podem adequar o seu comportamento processual;

10.4.2. É só se consideramos que existirá um princípio do Estado de Direito liberal, portanto qualificado para expressar um modelo de Estado de Direito que gravita em torno dos indivíduos e dos seus direitos é que podemos considerar, em abstrato, a possibilidade de inferir uma norma com tal teor. Contudo, sem grande margem de êxito. Precisamente porque a necessária garantia processual que se associaria a direitos individuais, nomeadamente de existência de meios de tutela judiciária de posições jurídicas da pessoa, fundamentais ou ordinárias, na maior parte das circunstâncias consome-se com a possibilidade de se aceder a um órgão jurisdicional, por definição independente e munido de autoridade soberana, o qual encarregar-se-ia de garantir a eficácia o direito, caso justificável à luz do Direito aplicável.

10.5. Pelo que conclui pela não desconformidade constitucional de acordo com esses fundamentos pelo simples motivo de que não se consegue depreender nem explicita nem implicitamente do Texto Constitucional qualquer posição jurídica fundamental que estabelece um direito de recorrer de decisões proferidas em matéria cível.

11. No concernente à possibilidade de se deduzir um princípio constitucional objetivo de organização judiciária a impor a existência de recursos em matéria civil, o Tribunal destaca o seguinte:

11.1. O facto de não haver um direito fundamental ao recurso em processo civil, não significa que não exista um princípio constitucional a determinar a existência de recursos, enquanto meios objetivo de proteção de direitos e interesses legítimos dos cidadãos e de outras pessoas. A existir tal princípio, a sua conformação pelo legislador ordinário fica condicionada pela presença de determinados limites, entre os quais a

imposição de proporcionalidade, o que impediria que ele tivesse poderes totais para privar o jurisdicionado de todos os meios processuais ordinários de reação a decisões judiciais desfavoráveis ou que os limitasse exageradamente, permitindo a sua existência apenas em algumas situações ou agravando as condições de a eles se aceder.

11.2. A resposta a esta questão não é clara, pois, igualmente, não existe tal princípio consagrado de forma expressa na Magna Carta.

11.2.1. Entretanto, parece a este Tribunal que o mesmo poderia ser depreendido do próprio texto constitucional quando o mesmo dispõe a respeito da estruturação dos tribunais judiciais, consagrando entre as alíneas a) e c) do número 1 do artigo 214, a figura do Supremo Tribunal de Justiça, dos Tribunais Judiciais de Segunda Instância e dos Tribunais Judiciais de Primeira Instância, todos podendo intervir na resolução de litígios civis, e ao estabelecer, no artigo 216, parágrafo primeiro que o primeiro deles “é o órgão superior da hierarquia dos Tribunais Judiciais (...)”. Por conseguinte, fixando a organização judiciária do Estado, criando ou prevendo a possibilidade da criação um conjunto de tribunais hierarquicamente diferentes, como os tribunais de instância, os tribunais de relação e o Supremo Tribunal de Justiça que ocuparia o topo da jurisdição ordinária. Por conseguinte, não é de todo infundado – muito pelo contrário – concluir que um sistema que reconhece a existência de diferentes tribunais, uns hierarquicamente superiores a outros e com competências materiais sobrepostas, tivesse no seu bojo a ideia lógica de existência de um sistema de recursos;

11.2.2. Rejeitá-la equivaleria a negar a principal razão de ser dos tribunais superiores, cujo nome simbólico indica implicitamente a existência de um sistema jurisdicional de base recursal que se estende a todo e qualquer processo e não unicamente ao processo penal ou aos demais processos sancionatórios. Como, de resto, resulta provado da leitura do conjugada do artigo 217, parágrafo primeiro, que estabelece que “os tribunais judiciais de segunda instância são tribunais de recurso das decisões proferidas pelos tribunais de primeira instância”, e do artigo 218, parágrafo primeiro, que, por sua vez, reza que “os tribunais judiciais de primeira instância são os tribunais comuns em matéria cível e criminal (...)”, do que decorre que o próprio sistema judicial instituído pela Constituição da República prevê o recurso de decisões cíveis;

11.2.3. E é natural que o faça à luz do princípio da economia de mercado e dos direitos à propriedade privada e à liberdade de iniciativa económica. Precisamente porque, sem prejuízo de o direito à propriedade privada e outros interesses patrimoniais não serem equivalentes a direitos fundamentais pessoais ou a interesses públicos supremos que servem de substrato a bens jurídicos protegidos de forma mais intensa pelo ordenamento jurídico, são suficientemente importantes para o modelo de justiça económica adotado pela Constituição da República para justificar que, quando se apresentem com intensidade que o justifique e de forma proporcional, o sistema processual de tutela se adense para os proteger. Só que aqui é legítimo que, aceitando recursos cíveis para efeitos de proteção de interesses patrimoniais de particulares, condicione-os recorrendo a diversos critérios de natureza económica, reservando o acesso à segunda e terceiras instâncias àqueles processos que, de forma objetiva, incidam de modo mais intenso sobre os mesmos;

11.2.4. Por este motivo, outra conclusão o Tribunal não pode tirar a não ser a de que, não obstante não se reconhecer um direito geral ao recurso na Lei Fundamental do qual se pudesse legitimar a posição jurídica do recorrente de poder recorrer a um tribunal superior independentemente da alçada do mesmo, existe um princípio objetivo ínsito ao sistema judiciário cabo-verdiano que prevê o recurso em matéria cível como inerente ao ordenamento jurídico pátrio. Porém, dessa constatação não decorre necessariamente que a norma que condiciona o recurso à alçada do Tribunal seja desconforme a esse princípio especial, posto que tal conclusão exigiria que ela fosse avaliasse a partir desse parâmetro constitucional.

11.3. O artigo 587, parágrafo primeiro, na parte relevante, foi construído em termos segundo os quais: “[s]ó é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre (...)”.

11.3.1. O mesmo integra um complexo normativo que, a partir de critério composto pelo valor da causa e do estabelecimento de uma alçada, ou seja, um limite quantitativo até ao qual um determinado tribunal pode julgar sem recurso ordinário, limita-se a recorribilidade de uma decisão de um tribunal judicial;

11.3.2. Esse complexo normativo é integrado por essa regra básica do número 1 do artigo 587, mas também por um conjunto de condições e exceções alusivas à mesma, bem

assim como de disposições de outros diplomas que concretizam determinados aspetos a ela atinentes, especialmente a que consagra o valor das alçadas consagrado pelo artigo 21 da Lei de Organização dos Tribunais Judiciais, o qual estabelece que “1. A alçada dos tribunais de comarca é de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos). 2. A alçada dos Tribunais da Relação é de 3.000.000\$00 (três milhões de escudos). (...)”. E faz parte de um segmento legal que estabelece as regras de recorribilidade de decisões judiciais, consagrando, além desse limite, outros que se prendem à sua natureza (os despachos de mero expediente) ou a vontade das partes (prevendo-se a renúncia). Naturalmente, considerando a limitação que já foi feita interessará exclusivamente a regra que habilita o recurso somente nos casos em que o valor da causa exceda a alçada do tribunal que profere a decisão judicial;

11.3.3. As razões para se adotar e manter as alçadas, que já vinham de regimes anteriores ao atual, condicionando o exercício do direito de recurso às mesmas, não foram objeto de discussão particular no momento da aprovação da Lei de Autorização Legislativa. Porém, de um ponto de vista mais objetivo, pode-se encontrar a razão justificante dessa solução na racionalização do sistema recursal relacionada a um interesse público na boa administração da justiça, nomeadamente considerando alguns aspetos intrínsecos à experiência cabo-verdiana. Marcada, como se disse recentemente no *Acórdão 50/2022, de 22 de dezembro, Aniceto dos Santos v. Tribunal da Relação de Sotavento, sobre inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente do artigo 12 do CPP na exata aceção segundo a qual o juiz que aplica medida de coação de prisão preventiva não está impedido, no respetivo processo, de participar do julgamento do arguido*, Rel: JC Pina Delgado, 8.4.2, pela necessidade de ajustar o sistema judicial a um país arquipelágico, em desenvolvimento, que só recentemente inseriu no circuito jurídico a formação jurídica em massa com a abertura das primeiras faculdades de direito. Num cenário em que se tenta expandir gradualmente a rede judiciária do país em contexto de condicionamentos financeiros. Razões estas que justificam a tentativa de racionalizar esses custos adicionais com a justiça, que resultariam de um sistema baseado num duplo-grau de jurisdição generalizado.

Mas, sobretudo, por força da necessidade de se ter de construir um sistema que se harmonize com a finalidade constitucional de se obter a justiça em prazo razoável, conforme consagrado no artigo 22, parágrafo primeiro, da Constituição, e de um ponto

de vista objetivo de não se sobrecarregar os tribunais superiores, criando um filtro que tem por efeito a diminuição do número potencial de decisões que seriam objeto de um recurso ordinário para a segunda instância;

11.3.4. Dizer que se pode derivar um princípio da recorribilidade de decisões em matéria cível não significa que ela tenha de ser prevista para qualquer situação e à margem de qualquer condicionamento. Muito pelo contrário. O modo como ele está intimamente associado ao sistema recursal, de onde retira o seu fundamento de legitimidade, tem no seu bojo um agravamento das condições de recorribilidade diretamente proporcional à qualidade do órgão judicial e a posição que ocupa na hierarquia dos tribunais. Por motivos evidentes se é a previsão de uma organização judiciária baseada em tribunais judiciais de primeira instância, em tribunais judiciais de segunda instância e num supremo tribunal vem acompanhada da ideia de que o acesso a cada um desses níveis vai ficando mais apertado e sujeito às condições necessárias a racionalizar o sistema, considerando o número desses tribunais, os juízes que os compõem e as funções que se pretende que desempenhem dentro do sistema judiciário. Consequentemente, prever-se um duplo-grau de jurisdição em matéria cível sem qualquer limitação resultaria numa massificação recursal generalizada, transferindo o volume processual das primeiras instâncias para as instâncias recursais compostas por menos tribunais e, logo, por um número cumulativo menor de juízes. Isso, a prazo, conduziria, num sistema que já denota dificuldades evidentes de adequação ao volume de litigiosidade existente no país, à paralisia total dessas jurisdições e do sistema judicial no seu todo, posto que os tribunais teriam de reapreciar praticamente todas as decisões dos tribunais comarcãos. Conduzindo ainda à degradação da qualidade decisional desses órgãos, na medida que ficariam sujeitos a um volume processual tão avassalador que não teriam tempo adequado a interpretar factos e normas, consoante o caso, transformando-se em meros autómatos destinados a produzir decisões judiciais em massa ou condenados a postergar sistematicamente a apreciação dos recursos, sujeitando as habituais críticas de excessiva dilação;

11.3.5. Por conseguinte, no entendimento deste Tribunal, os comandos enviados por esse princípio são essencialmente os de prever um sistema que contenha a possibilidade de haver recursos cíveis e de não se limitar excessivamente a sua utilização através do estabelecimento de condições recursais desproporcionais, nomeadamente da previsão de limites monetários ao direito legal ao recurso. A consequência de se

transportar essa tese para o caso concreto é que o fulcro do desafio do recorrente, assente na ilegitimidade constitucional do limite à recorribilidade baseado no valor da causa, fica prejudicado, na medida em que dela não resulta uma proibição de se recorrer de qualquer decisão civil, que seria inconstitucional. Simplesmente afasta aqueles que, em abstrato, tenham menor relevância em função da repercussão média mais reduzida que terá sobre a esfera jurídica dos jurisdicionados, o que não significa que a solução não poderá gerar certas disfunções, as quais serão enfrentadas adiante;

11.3.6. Respeitados esses comandos de se abster de suprimir por completo os recursos em processo civil ou de limitá-los exageradamente, de tal modo que fosse possível utilizá-los apenas em pouquíssimos casos, o legislador constitucional reconheceu ao legislador ordinário amplos poderes de conformação do recurso ordinário nesta matéria, podendo perfeitamente restringi-lo em várias hipóteses, nomeadamente em virtude do valor da causa e da alçada dos tribunais, sem que disso resulte um vício de natureza constitucional.

11.4. E é o que acontece no caso concreto. A norma impugnada, ao limitar o recurso ordinário em processo civil tendo em conta o valor da causa e da sucumbência e a sua relação com o valor da alçada dos tribunais, que, no nosso caso, de acordo com a nossa Lei de Organização dos Tribunais Judiciais (números 1 e 2 do artigo 19) é de 500.000\$00 para os tribunais de instância e 3.000.000\$00 para os tribunais da relação, não é desconforme a esse princípio constitucional.

11.5. Considerando que o que o recorrente desafia não é a eventual desproporcionalidade na fixação das alçadas dos tribunais nos valores indicados, mas a sua própria existência, não cabe proceder a qualquer apreciação suplementar quanto a esse aspeto, que só podia ser viabilizado caso tivesse havido impugnação autónoma.

12. Ficando por analisar somente se essa solução legal não atinge de alguma forma o princípio da igualdade ou o direito a não se ser discriminado por motivos económicos.

12.1. Não na perspetiva resultante do artigo 22, parágrafo quarto, da Constituição, que consagra fórmula objetiva segundo a qual “a justiça não poderá ser denegada por insuficiência de meios económicos (...)”, porque não se está, de acordo com os dados do processo, perante hipótese que remete a pessoas com incapacidade financeira para aceder

aos tribunais a fim de obterem a tutela dos seus direitos e que precisam de assistência judiciária, mas antes de situação de impossibilidade de acesso a um segundo grau de jurisdição em matéria civil.

12.2. Isso na medida em que a solução assente numa norma geral e abstrata poderia gerar um efeito de discriminação indireta por motivos económicos e sociais. Pela razão de que, em princípio, os interesses das pessoas de menor capacidade económica estariam associados, no geral, a negócios jurídicos de menor valor monetário, o qual também conduziria a demandas com menor valor da causa, eventualmente insuficientes para ultrapassar a alçada dos tribunais judiciais de primeira instância, gerando um impacto objetivo de afastamento de pessoas com determinadas condições económicas do acesso a tribunais judiciais de segunda instância em matéria civil.

12.3. Colocadas as coisas desta forma e considerando o teor da norma impugnada, não se está perante uma situação de discriminação direta, mas, antes de possível discriminação indireta por motivos económicos e sociais, questão que o Tribunal já considerou duas vezes nos últimos anos (*Acórdão 60/2021, de 6 de dezembro, referente à constitucionalidade de norma que limita o ingresso na Função Pública de cidadãos com idade igual ou superior a trinta e cinco anos para provimento de lugares correspondentes a categoria inferior ao de pessoal de carreira técnica ou equiparada fora das exceções mencionadas pelo número 1 do artigo 28 da Lei 42/VII/2009, de 27 de julho*, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, 17 de janeiro de 2021, pp. 130-140, 5; *Acórdão 25/2022, de 24 de junho, Referente aos Autos de Apreciação Sucessiva da Constitucionalidade n.º 2/2019, concernente à constitucionalidade das normas constantes dos números 1 e 3 do artigo 25 e número 4 do artigo 101 da Lei n.º 42/VII/ 2009, de 27 de julho, na medida em que estabeleceria as bases do regime da função pública, relativamente ao modo de vinculação jurídica à função pública e à conversão dos contratos administrativos de provimento em contratos de trabalho a termo certo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, 1 de julho de 2022, pp. 1618-1637, 11.2), condicionando o escrutínio de possível discriminação indireta à inexistência de discriminação direta.

12.4. Porém, este inquérito inevitavelmente confrontar-se-ia com algumas dificuldades.

12.4.1. Nomeadamente, a falta de elementos estatísticos que pudessem evidenciar um impacto desproporcional por motivos económicos dessa norma, de sorte a atingir de forma discriminatória os interesses patrimoniais dos indivíduos que tenham menor poder financeiro;

12.4.2. E decisivamente por não ser líquido que tal solução seja prejudicial às pessoas com menores condições financeiras. Na verdade, a norma não deixa de adotar um critério objetivo que não parece, *a priori*, gerar efeitos malignos sobre os direitos de pessoas que integram determinado grupo vulnerável por motivos económicos. Projeta, outrossim, um sistema de reciprocidade, na medida em que da mesma forma como decisões desfavoráveis a qualquer cidadão não podem ser objeto de um recurso, também se condiciona a recorribilidade das que lhe sejam favoráveis, nalguns casos impedindo que particulares com maior disponibilidade de recursos, nomeadamente empresas, mantenham ativo litígio nos tribunais, através da utilização abusiva do sistema de reação processual a fim de retardar a efetivação da justiça ou impelir litigantes hiposuficientes a compor o diferendo de forma menos vantajosa para eles, portanto lançando o sempre hostil *lawfare* contra esses cidadãos.

12.5. Por conseguinte, não se conseguindo sequer estabelecer os efeitos nocivos sobre uma categoria específica de pessoas, não se pode avaliar se há um efeito discriminatório da norma em questão.

13. Conduzindo, assim, a uma inevitável conclusão de que a norma do artigo 587, parágrafo primeiro, primeiro segmento, nos termos do qual “[s]ó é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal (...)”, não é inconstitucional.

III. Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem:

a) Não conhecer a impugnação da interpretação que terá sido lançada ao artigo 587, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil pelo órgão judicial recorrido, por violar o acesso a tribunal superior, aplicável por força dos artigos 12, parágrafo primeiro, e 22,

parágrafo primeiro, ambos da Lei Fundamental, por o valor da causa ser superior à alçada do Tribunal, como constante da petição inicial da ação executiva e não da oposição em embargos do executado;

b) Não conhecer a eventual inconstitucionalidade “[das?] disposições conjugadas do artigo 387º/1 do CPC e o art, 37º da Lei nº 61/V/1998, de 6 de julho, que deu a nova redação aos arts. 37 e 374-A da Lei da Organização Judiciária, face aos artigos 12º/1 e 22º/1 da Constituição, por violação do princípio da proporcionalidade, ex vi do artigo 17º/5 e o artigo 24º, também, da CRCV”;

c) Não julgar inconstitucional o artigo 587, parágrafo primeiro, primeiro segmento, nos termos do qual “[s]ó é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal (...)”.

Custas pelo recorrente que se fixa em 40.000\$00 CV (quarenta mil escudos).

Registe, notifique e publique.

Praia, 01 de março de 2024

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 01 de março de 2024.

O Secretário,

João Borges